
PBG S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
PBG S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da PBG S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da PBG S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

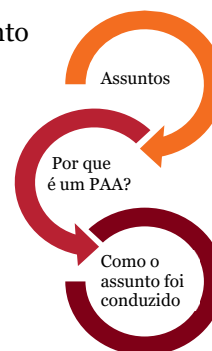
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBG S.A. e da PBG S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões, passivos e ganhos em ações tributárias e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas 11, 13, 15, 16, 25, 26 e 27 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais e administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões jurídicas de natureza tributária e cível. Esses assuntos exigem julgamentos significativos da Companhia e de seus assessores jurídicos na determinação das estimativas relacionadas ao montante, à probabilidade de desembolso financeiro ou a perspectiva de ganho e divulgações relacionadas ao tema.

Em função da complexidade dos assuntos, principalmente aqueles relacionados ao ambiente tributário no qual a Companhia está inserida, suscetibilidade de mudanças nas premissas, na jurisprudência e incertezas sobre o desfecho dos processos, os montantes ativos e passivos reconhecidos e/ou divulgados nas demonstrações financeiras estão sujeitos a alterações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração das provisões, passivos e ganhos em ações, incluindo a avaliação dos julgamentos mais significativos exercidos pela Companhia.

Analisamos também as provisões e os ganhos reconhecidos, e os valores de passivos e ativos contingentes divulgados nas demonstrações financeiras, avaliando os critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração opiniões legais preparadas pelos assessores jurídicos da Companhia. Obtivemos confirmações externas de tais assessores sobre o estágio atual e classificação de riscos dos processos e, para os casos que consideramos de maior relevância, efetuamos a comparação das avaliações realizadas com a jurisprudência existente.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, riscos e montantes provisionados ou divulgados.

Consideramos que os valores reconhecidos e/ou provisionados são suficientes e adequados e que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e com as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão

PBG S.A.

de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

PBG S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



PBG S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 27 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

PBG S.A e empresas controladas
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	176.995	125.516	256.088	189.718
Contas a receber de clientes	8	282.273	296.195	314.507	375.624
Estoques	9	377.211	233.108	455.038	285.364
Adiantamentos a fornecedores		4.947	10.353	11.768	12.624
Tributos a recuperar	10	35.786	26.662	37.533	27.454
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14a	11.210	1.192	12.477	1.864
Demais tributos a recuperar	10	24.576	25.470	25.056	25.590
Despesas antecipadas		5.526	267	13.811	5.447
Instrumentos financeiros derivativos	7a	6.410	2.474	6.410	2.474
Outras contas a receber		6.501	5.568	7.943	7.426
Total do ativo circulante		895.649	700.143	1.103.098	906.131
Não circulante					
Créditos com controladas	38	161.765	119.130	-	-
Depósitos judiciais	11	106.509	185.332	106.704	185.382
Depósito em garantia	12	19.365	89.700	19.365	89.700
Recebíveis da Eletrobrás	13	12.821	12.821	12.821	12.821
Tributos a recuperar	10	19.384	14.765	19.442	14.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	16.109	27.293	25.523	31.942
Ativos judiciais	15	140.333	136.367	140.333	155.153
Ativo atuarial	28	27.320	18.677	27.320	18.677
Aplicações financeiras vinculadas	5,3	9.291	13.679	9.291	13.679
Instrumentos financeiros derivativos	7a	-	150	-	150
Outras contas a receber		13.275	13.804	14.191	13.714
		526.172	631.718	374.990	536.077
Investimentos					
Participação em controladas	16	116.590	64.147	-	-
Outros investimentos		348	348	348	348
Imobilizado	17	562.091	528.310	771.230	614.458
Intangível	18	31.047	22.324	42.377	28.797
Ativo de arrendamento e direito de uso	19a	35.445	20.603	187.727	71.536
		745.521	635.732	1.001.682	715.139
Total do ativo não circulante		1.271.693	1.267.450	1.376.672	1.251.216
Total do ativo		2.167.342	1.967.593	2.479.770	2.157.347

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	20	225.384	203.962	252.418	229.828
Cessão de crédito com fornecedores	20a	126.393	97.717	126.393	97.717
Contas a pagar de imobilizado	20b	26.390	20.497	82.021	38.107
Empréstimos e financiamentos	21	165.903	98.115	165.903	98.115
Empréstimos e financiamentos		77.973	90.922	77.973	90.922
Debêntures		87.930	7.193	87.930	7.193
Parcelamento de obrigações tributárias	22	12.313	11.663	12.313	11.663
Impostos, taxas e contribuições	23	22.031	21.553	27.877	24.205
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14a	-	124	3.021	3.865
Dividendos a pagar	34	563	970	563	1.043
Adiantamentos de clientes		14.200	23.444	84.500	69.564
Obrigações sociais e trabalhistas		51.074	49.780	64.557	58.991
Débito com controladas e pessoas ligadas	38	7.714	8.056	49.683	6.067
Provisão para PPR		10.491	24.250	10.491	24.250
Obrigações de arrendamento	19b	16.299	8.036	26.361	19.456
Outras contas a pagar	24	23.015	17.440	39.006	31.256
Total do passivo circulante		701.770	585.607	945.107	714.127
Não circulante					
Fornecedores	20	94.426	171.195	94.426	171.195
Contas a pagar de imobilizado	20b	9.190	18.739	28.095	18.739
Empréstimos e financiamentos	21	717.668	664.277	717.668	664.277
Empréstimos e financiamentos		494.470	366.872	494.470	366.872
Debêntures		223.198	297.405	223.198	297.405
Provisões civis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	25	75.073	77.506	88.369	89.014
Parcelamento de obrigações tributárias	22	10.217	21.406	10.217	21.406
Dívidas com controladas e pessoas ligadas	15c / 38	66.700	56.330	56.330	56.363
Obrigações de arrendamento	19b	21.592	15.383	51.354	45.397
Outras contas a pagar	24	3.490	1.014	20.960	20.672
Total do passivo não circulante		998.356	1.025.850	1.067.419	1.087.063
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	250.000	250.000	250.000	250.000
Ações em tesouraria	27.2	-	(91.351)	-	(91.351)
Reservas de lucros	27.3	225.696	236.608	225.696	236.608
Ajuste de avaliação patrimonial	27.4	(38.095)	(42.610)	(38.095)	(42.610)
Dividendos adicionais	34	29.615	3.489	29.615	3.489
		467.216	356.136	467.216	356.136
Participação dos não controladores		-	-	28	21
Total do passivo e patrimônio líquido		2.167.342	1.967.593	2.479.770	2.157.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita líquida de venda	29	1.760.351	1.582.032	2.196.681	1.912.127
Custo dos produtos vendidos	30	(1.147.595)	(1.018.637)	(1.251.067)	(1.085.039)
Lucro operacional bruto		612.756	563.395	945.614	827.088
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	30	(311.691)	(275.434)	(533.989)	(421.287)
Gerais e administrativas	30	(86.097)	(67.489)	(90.165)	(68.980)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	6.287	(30.425)	(7.215)	(48.080)
Resultado de equivalência patrimonial	16	37.185	75.549	-	-
		<u>(354.316)</u>	<u>(297.799)</u>	<u>(631.369)</u>	<u>(538.347)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		258.440	265.596	314.245	288.741
Resultado financeiro	32				
Receitas financeiras		14.281	18.009	18.155	24.832
Despesas financeiras		(101.052)	(79.857)	(122.438)	(89.967)
Variação cambial líquida		(5.390)	5.907	(5.378)	5.903
		<u>(92.161)</u>	<u>(55.941)</u>	<u>(109.661)</u>	<u>(59.232)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		166.279	209.655	204.584	229.509
Imposto de renda e contribuição social	14c				
Corrente		(5.839)	(3.447)	(48.902)	(27.996)
Diferido		(7.342)	9.965	(2.577)	14.709
		<u>(13.181)</u>	<u>6.518</u>	<u>(51.479)</u>	<u>(13.287)</u>
Lucro líquido do período		153.098	216.173	153.105	216.222
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		153.098	216.173	153.098	216.173
Participação dos não controladores		-	-	7	49
Quantidade por lote de mil ações em circulação no período				<u>140.987</u>	<u>147.623</u>
Lucro básico e diluído do período por ação	33			<u>1,08590</u>	<u>1,46436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado líquido do exercício	153.098	216.173	153.105	216.222
Outros componentes do resultado abrangente	4.386	8.699	4.386	8.699
Ganho (perda) atuarial	28 7.364	7.883	7.364	7.883
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	28 (2.504)	(2.680)	(2.504)	(2.680)
Variação cambial de controladas localizadas no exterior	16 (3.071)	1.863	(3.071)	1.863
Operações de Hedge Accounting	7 3.935	2.474	3.935	2.474
IR/CS diferidos sobre Hedge accounting	7 (1.338)	(841)	(1.338)	(841)
Total do resultado abrangente do exercício	157.484	224.872	157.491	224.921
Resultado abrangente do período atribuível a				
Acionistas da Companhia	157.484	224.872	157.484	224.872
Participação dos não controladores	-	-	7	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total do Patrimônio líquido Controladora	Participação de não controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar	Reserva de Incentivos	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes				
Em 31 de dezembro de 2020		200.000	(14.095)	32.207	97.950	35.633	85.151	30.447	32.323	(68.353)	(14.095)	-	417.168	16	417.184
Aumento de Capital Social aprovado em AGE 27/04/2021	27.3	50.000	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Cancelamento de ações após RCA 20/01/2021-Programa recompra 2020	27.1 / 27.2	-	14.095	-	(14.095)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria - 1º Programa de recompra 2021	27.1 / 27.2	-	(62.364)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.364)	-	(62.364)
Cancelamento de ações após RCA 12/05/2021-1º Programa recompra 2021	27.1 / 27.2	-	62.364	-	(62.364)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de ações em tesouraria - 2º Programa de recompra 2021	27.1 / 27.2	-	(91.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(91.351)	-	(91.351)
Destinações após AGO 27/04/2021 - Dividendos adicionais aprovados e pagos	34	-	-	-	(2.549)	-	-	(30.447)	-	-	-	-	(32.996)	-	(32.996)
Realização da reserva de reavaliação	27.4	-	-	-	-	-	-	-	(1.184)	-	-	1.184	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.883	-	7.883	-	7.883
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.680)	-	(2.680)	-	(2.680)
Operações de Hedge accounting	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.474	-	2.474	-	2.474
IR/CS diferidos sobre Hedge accounting	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(841)	-	(841)	-	(841)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	16	-	-	-	-	-	-	-	-	1.863	-	-	1.863	-	1.863
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216.173	216.173	49	216.222
Constituição de reserva legal (5%)	27.3	-	-	10.809	-	-	-	-	-	-	-	(10.809)	(0)	-	(0)
Dividendos 2021 aprovado ATA CA Nº 11/2021	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.323)	(18.323)	-	(18.323)
Dividendos 2021 aprovado ATA CA nº 16/2021	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.870)	(80.870)	(44)	(80.914)
Proposta de destinação de dividendos adicionais	34	-	-	-	-	-	-	3.489	-	-	-	(3.489)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	27.3	-	-	-	-	-	30.634	-	-	-	-	(30.634)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a destinar	27.3	-	-	-	73.232	-	-	-	-	-	-	(73.232)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		250.000	(91.351)	43.016	92.174	35.633	65.785	3.489	31.139	(66.490)	(7.259)	-	356.136	21	356.157
Em 31 de dezembro de 2021		250.000	(91.351)	43.016	92.174	35.633	65.785	3.489	31.139	(66.490)	(7.259)	-	356.136	21	356.157
Cancelamento de ações em tesouraria - 2º Programa de recompra 2021	27.1 / 27.2	-	91.351	-	(91.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos adicionais	34	-	-	-	-	-	-	(3.489)	-	-	-	-	(3.489)	-	(3.489)
Realização da reserva de reavaliação	27.4	-	-	-	-	-	-	-	129	-	-	(129)	-	-	-
Ganho (perda) atuarial	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.364	-	7.364	-	7.364
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.504)	-	(2.504)	-	(2.504)
Operações de Hedge accounting	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.935	-	3.935	-	3.935
IR/CS diferidos sobre Hedge accounting	27.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.338)	-	(1.338)	-	(1.338)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.071)	-	-	(3.071)	-	(3.071)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153.098	153.098	7	153.105
Dividendos do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.442)	(43.442)	-	(43.442)
Constituição de reserva legal (5%)	27.3	-	-	6.984	-	-	-	-	-	-	-	(6.984)	-	-	-
Proposta de destinação de dividendos adicionais	34	-	-	-	-	-	-	29.615	-	-	-	(29.615)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	27.3	-	-	-	-	-	37.409	-	-	-	-	(37.409)	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos	-	-	-	-	527	-	-	-	-	-	-	-	527	-	527
Constituição de reserva de lucros a destinar	27.3	-	-	-	35.519	-	-	-	-	-	-	(35.519)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022		250.000	-	50.000	36.869	35.633	103.194	29.615	31.268	(69.561)	198	-	467.216	28	467.244

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de	31 de	31 de	31 de
		Dezembro de	Dezembro de	Dezembro de	Dezembro de
		2022	2021	2022	2021
Caixa líquido das atividades operacionais		109.215	136.453	227.015	288.101
Caixa gerado nas operações		268.532	262.232	346.739	393.564
Resultado do período antes dos tributos		166.279	209.655	204.584	229.508
Depreciação e amortização		61.113	53.066	91.969	72.216
Equivalência patrimonial	16	(37.185)	(75.549)	-	-
Variação cambial não realizada de empréstimos		(2.980)	1.116	(2.980)	1.116
Provisão de avaliação de estoque a valor de mercado	9	4.707	(267)	8.842	2.351
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(1.192)	(1.419)	(1.617)	(438)
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	25	9.879	18.920	11.934	30.609
Provisão para PPR		(13.759)	13.481	(13.759)	13.481
Provisão para Incentivo de Longo Prazo		2.476	1.015	2.476	1.015
Atualização de Ativos Judiciais		(8.301)	(6.674)	(8.301)	(11.114)
Juros provisionados de empréstimos e debêntures	21	83.876	49.432	83.876	49.432
Juros e variação cambial de arrendamentos	19	989	1.360	2.886	3.129
Rescisões de arrendamentos	19	1.560	-	1.560	947
Ativo atuarial	28	(1.279)	(1.889)	(1.279)	(1.889)
Ajuste a Valor Presente Prodec	21	1.857	(187)	1.857	(187)
Baixas e variação cambial ativo imobilizado e intangível	17 / 18	492	172	(35.309)	3.388
Variações nos ativos e passivos		(63.295)	(75.061)	18.361	(31.022)
Contas a receber		15.114	(33.549)	62.734	(86.096)
Estoque		(148.810)	(59.944)	(178.516)	(83.153)
Depósitos judiciais		(11.762)	(29.036)	(11.907)	(29.058)
Adiantamentos a fornecedores		5.406	(5.675)	856	(5.918)
Tributos a recuperar		(3.345)	45.288	(5.984)	45.698
Aplicação financeira vinculada		4.388	(362)	4.388	(362)
Ativos judiciais		74.670	-	93.456	-
Outros ativos		(5.663)	2.212	(9.358)	(1.296)
Contas a pagar		60.429	79.203	61.597	93.372
Adiantamentos de clientes		(9.244)	(1.077)	14.936	25.739
Parcelamentos de obrigações tributárias		(10.539)	(10.637)	(10.539)	(10.938)
Impostos, taxas e contribuições		478	2.061	3.672	2.762
Obrigações fiscais e trabalhistas		1.294	9.702	5.566	12.492
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias		(8.827)	(4.956)	(9.094)	(5.168)
Instrumentos financeiros derivativos		150	(509)	150	(509)
Dívidas com controladas e pessoas ligadas		(32.607)	(57.306)	(6.086)	6.104
Outras contas a pagar		5.573	(10.476)	2.490	5.309
Outros		(96.022)	(50.718)	(138.085)	(74.441)
Juros pagos de empréstimos e debêntures	21	(79.661)	(40.672)	(79.661)	(40.672)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(16.361)	(10.046)	(58.424)	(33.769)
Caixa líquido das atividades de investimento		(119.178)	40.408	(205.972)	(114.931)
Aquisição do ativo imobilizado	17	(81.601)	(49.127)	(232.852)	(96.585)
Aquisição do ativo intangível	18	(15.592)	(12.789)	(22.989)	(18.189)
Aquisição de ativo de arrendamento	19	-	-	(59.165)	-
Recebimento pela venda e reembolso de ativo imobilizado	17	-	-	55.764	-
Contas a pagar de imobilizado	20.b	(3.656)	(17.767)	53.270	(157)
Dividendos recebidos		50.237	134.229	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	16	(68.566)	-	-	-
Integralização de capital em controladas	16	-	(14.138)	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		61.442	(297.124)	45.327	(309.777)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	21	192.903	513.735	192.903	513.735
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(74.816)	(488.798)	(74.816)	(488.798)
Dividendos pagos	34	(46.810)	(162.224)	(46.884)	(162.269)
Aquisição de ações em tesouraria	27.2	-	(153.715)	-	(153.715)
Pagamento de arrendamentos	19	(9.835)	(6.122)	(25.876)	(18.730)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		51.479	(120.263)	66.370	(136.607)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	125.516	245.779	189.718	326.325
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	176.995	125.516	256.088	189.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PBG S.A e empresas controladas
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas	2.205.170	1.985.200	2.701.826	2.349.421
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.177.049	1.953.577	2.664.436	2.319.184
Outras receitas	26.929	30.204	35.773	29.799
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa	1.192	1.419	1.617	438
Insumos adquiridos de terceiros	(1.070.415)	(975.145)	(1.252.107)	(1.090.011)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos	(816.407)	(728.647)	(895.520)	(780.629)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(262.887)	(252.203)	(365.326)	(313.927)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	8.879	5.705	8.739	4.545
Valor adicionado bruto	1.134.755	1.010.055	1.449.719	1.259.410
Retenções	(61.113)	(53.066)	(91.969)	(72.216)
Depreciação e amortização	17b ,18b e 19	(61.113)	(53.066)	(72.216)
Valor adicionado líquido produzido	1.073.642	956.989	1.357.750	1.187.194
Valor adicionado recebido em transferência	60.570	111.634	27.430	36.964
Resultado de equivalência patrimonial	16	37.185	75.549	-
Receitas financeiras		23.385	36.085	27.430
Outros (dividendos, aluguéis, royalties)		-	-	4.435
Valor adicionado total a distribuir	1.134.212	1.068.623	1.385.180	1.224.158
Distribuição do valor adicionado	1.134.212	1.068.623	1.385.180	1.224.158
Pessoal	344.060	319.299	459.904	394.298
Remuneração direta	287.562	271.602	392.680	339.860
Benefícios	36.134	29.800	42.178	33.542
FGTS	20.364	17.897	25.046	20.896
Impostos, taxas e contribuições	495.244	421.446	605.337	488.208
Federais	213.128	160.458	313.131	219.883
Estaduais	281.237	260.181	291.064	267.370
Municipais	879	807	1.142	955
Remuneração de capitais de terceiros	141.810	111.705	166.834	125.430
Juros	115.524	90.020	135.791	100.094
Aluguéis	26.286	21.685	31.043	25.336
Remuneração de capitais próprios	153.098	216.173	153.105	216.222
Lucros retidos	153.098	216.173	153.098	216.173
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	7	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A PBG S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011 e editado em 05 de agosto de 2021, que detém, em 31 de dezembro de 2022, 61,16% das ações da Companhia. O saldo remanescente é composto por 38,84% em circulação (*free float*).

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto têm como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior. A Companhia possui uma fábrica na cidade de Tijucas - SC e outra em Marechal Deodoro - AL, além dos centros de distribuição.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop, especializada em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra vinte e cinco lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica, que desde o segundo trimestre de 2018 opera a fábrica de cortes especiais e (v) Portobello América, que distribui os produtos Portobello no mercado norte-americano e iniciou a construção de fábrica nos EUA através de sua subsidiária Portobello América Manufacturing LLC, com previsão de conclusão da obra em abril de 2023.

1.1 Efeitos do COVID-19 e ações tomadas pela Companhia

A Companhia permanece trabalhando ativamente nas medidas de prevenção do COVID-19, seguindo todas as orientações de prevenção sugeridas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como as determinações governamentais nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

Através do Comitê de Crise, a Companhia implementou uma série de ações com o objetivo de minimizar os impactos à sua comunidade. Além disso, vem monitorando os impactos econômicos, bem como os efeitos em suas demonstrações e informa que:

- As unidades industriais operaram em sua capacidade normal no ano de 2022.;
- Não houve necessidade de captação de linha de crédito para atender aos impactos da pandemia;
- Não houve novas perdas de créditos de liquidação duvidosa com necessidade de constituição de *impairment*;
- Não houve prorrogação de prazos para com clientes, fornecedores ou para pagamentos de tributos.

As restrições geradas pela pandemia não foram suficientes para impactar os números da Companhia em 2022, mantendo-se as previsões de produção, vendas e expedição de seus produtos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A emissão das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2023.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidações

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2022 é:

	País de constituição	Participação direta	Participação indireta
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,99%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações dos não controladores

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldos dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentações de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela Diretoria Executiva, que é responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme apresentado na nota explicativa nº 32, exceto quando diferidas no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa qualificados.

b) Empresas controladas no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

3.4 Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, dividendos a receber, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e recebíveis da Eletrobrás.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de doze meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

3.5 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros e contrato a termo de moeda sem a entrega física “Non-Deliverable Forward” para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*, de acordo com as normas IFRS 9/CPC 48. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

(vi) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou a aplicação de *hedge accounting* a partir de 29 de julho de 2021, os instrumentos eleitos para designação foram as vendas em dólar para o exercício de 2022 e 2023 que foram

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

classificadas como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras)

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido na rubrica de Ajuste de avaliação patrimonial, e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício na rubrica de Resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de Receita líquida de vendas, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge* (nota explicativa nº 7).

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Tributos a recuperar

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Companhia, Nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelas sentenças favoráveis à Companhia, que considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na nota explicativa nº 10.

3.8 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são aquelas incorridas antes do evento que gerará benefícios futuros à Companhia e referem-se aos gastos com seguros e licenças, após a realização do evento, sofrem redução mensal do valor em parcelas, através de apropriação. Tal apropriação de despesas deve ser feita no resultado do período a que corresponderem, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas.

3.9 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativos não circulantes.

3.10 Depósitos em garantia

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Companhia optou por efetuar o registro no ativo não circulante pois não há uma data definida para sua realização, conforme discorre a nota explicativa nº 12.

3.11 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos e balizamentos da sentença condenatória.

3.12 Ativos judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais a Companhia possui processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa, conforme a nota explicativa nº 15.

3.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 16).

3.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 17).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 18, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

3.16 Arrendamentos (CPC 06 (IFRS 16))

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do Arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI, e pequenos itens de mobiliário de escritório.

3.17 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia classifica os fornecedores como operacionais e investimento para aquisição de ativo imobilizado.

3.19 Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

3.20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.21 Adiantamento de clientes

Ocorre quando a Companhia recebe um adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido à característica da operação.

3.22 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas Demonstrações Financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.23 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme nota explicativa nº 14.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro desses créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas pela Companhia, realizadas a partir de projeções efetuadas pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

3.24 Interpretação de IFRS emitida pelo IASB – ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

3.25 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se como ponto de partida o lucro.

3.26 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 27.1.

3.27 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

3.28 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* existe a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo; é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

b) Receita de franquias

A receita de franquia (royalties) é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis nas controladas.

c) Receita de produtos e serviços – Oficina Portobello

A receita de vendas de produtos e serviços que contemplam revestimentos cerâmicos com louças, metais e soluções na arte de porcelanataria, para os quais as transferências de controle acontecem quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos clientes.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.29 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela gerência responsável, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a vice-presidência de finanças identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia apresenta a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em milhares em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber	80.718	60.407	104.616	123.330
Conta corrente	36	4.516	14.539	21.717
Créditos com controladas	150.220	111.796	-	-
Ativos expostos	230.974	176.719	119.155	145.047
Fornecedores	(5.059)	(16.717)	(18.098)	(34.111)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(19.511)	(23.980)	(93.416)	(41.590)
Empréstimos e financiamentos	(93.484)	(21.280)	(93.484)	(21.280)
(-) Operação Swap	-	3.790	-	3.790
Passivos expostos	(118.054)	(58.187)	(204.998)	(93.191)
Exposição líquida	112.920	118.532	(85.843)	51.856

Essa exposição cambial é dividida em:

1. Euro:

	Em milhares de Euro			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber	241	264	241	264
Fornecedores	(391)	(1.419)	(391)	(1.419)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.503)	(3.795)	(3.503)	(3.795)
	(3.653)	(4.949)	(3.653)	(4.949)

2. Dólar:

	Em milhares de Dólar			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber	15.213	10.526	19.793	21.801
Conta corrente	7	809	2.786	3.892
Créditos com controladas	28.790	20.033	-	-
Fornecedores	(552)	(1.389)	(3.051)	(4.506)
Fornecedores de imobilizado e intangível	-	-	(14.164)	(3.156)
Empréstimos e financiamentos	(17.917)	(3.813)	(17.917)	(3.813)
(-) Operações de Swap	-	679	-	679
	25.541	26.845	(12.553)	14.897

A Companhia mantém a política de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

de juros e fluxo de caixa, conforme nota explicativa nº 21. Os empréstimos adquiridos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são realizadas em CDB bancários com uma pequena parcela em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantêm rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes e ajustam os limites de crédito sempre que é detectada qualquer alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e vice-presidência de finanças.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Controladora					
31 de dezembro de 2021					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	98.115	8.036	322.176	11.663	439.990
Entre um e dois anos	136.218	11.049	188.167	11.590	347.024
Entre dois e cinco anos	431.752	4.334	1.767	9.816	447.669
Acima de cinco anos	96.307	-	-	-	96.307
	<u>762.392</u>	<u>23.419</u>	<u>512.110</u>	<u>33.069</u>	<u>1.330.990</u>

Controladora					
31 de dezembro de 2022					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	165.903	16.299	378.167	12.313	572.682
Entre um e dois anos	168.895	10.016	102.317	10.217	291.445
Entre dois e cinco anos	492.000	11.576	1.299	-	504.875
Acima de cinco anos	56.773	-	-	-	56.773
	<u>883.571</u>	<u>37.891</u>	<u>481.783</u>	<u>22.530</u>	<u>1.425.775</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Consolidado					
31 de dezembro de 2021					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	98.115	19.456	365.652	11.663	494.886
Entre um e dois anos	136.218	28.016	188.167	11.663	364.064
Entre dois e cinco anos	431.752	15.626	1.767	9.743	458.888
Acima de cinco anos	96.307	1.755	-	-	98.062
	<u>762.392</u>	<u>64.853</u>	<u>555.586</u>	<u>33.069</u>	<u>1.415.900</u>

Consolidado					
31 de dezembro de 2022					
	Empréstimos e debêntures	Passivo de Arrendamento	Fornecedor e Cessão de crédito	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	165.903	26.361	460.832	12.313	665.409
Entre um e dois anos	168.895	20.328	121.222	10.217	320.662
Entre dois e cinco anos	492.000	30.082	1.299	-	523.381
Acima de cinco anos	56.773	944	-	-	57.717
	<u>883.571</u>	<u>77.715</u>	<u>583.353</u>	<u>22.530</u>	<u>1.567.169</u>

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores das despesas financeiras e receitas financeiras, provenientes dos empréstimos e financiamentos, debêntures, parcelamentos tributários e aplicações financeiras, que são afetadas pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Esse estudo tem como base o cenário provável de alta da taxa CDI para 13,69% ao ano, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e da Selic para 13,69% ao ano. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Consolidado em Reais								
	31 de dezembro de 2022	Risco	Taxa Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
			Aplicações financeiras	173.864	Alta CDI	13,69%	23.802	17,11%
Empréstimos e financiamentos	(304.482)	Alta CDI	13,69%	(41.684)	17,11%	(52.104)	20,54%	(62.525)
Debêntures	(311.128)	Alta CDI	13,69%	(42.593)	17,11%	(53.242)	20,54%	(63.890)
Parcelamento de obrigações tributárias	(22.530)	Alta Selic	13,69%	(3.084)	17,11%	(3.855)	20,54%	(4.627)
	<u>(464.276)</u>			<u>(63.559)</u>		<u>(79.449)</u>		<u>(95.339)</u>

* Índices Selic e CDI extraídas do site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 20 de fevereiro de 2023.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2022 para os quais, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, a taxa provável em dólar é R\$ 5,38 e euro R\$ 5,78. A taxa provável foi então agravada em 25%, 50%, -25%, -50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2022		Cenário Provável	Valorização da moeda		Desvalorização da moeda	
	(Pagar) Receber			Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
	Dólar	Reais					
Contas a receber	19.793	103.276	5,3798	6,7247	8,0697	4,0348	2,6899
Conta corrente	2.786	14.537	3.206	29.826	56.447	(23.415)	(50.035)
Fornecedores	(3.051)	(15.919)	451	4.198	7.945	(3.296)	(7.043)
Empréstimos e financiamentos	(17.917)	(93.486)	(495)	(4.598)	(8.702)	3.609	7.712
Fornecedores de imobilizado e intangível	(14.164)	(73.905)	(2.903)	(27.001)	(51.098)	21.194	45.291
Exposição líquida	(12.553)	(65.497)	(2.296)	(21.346)	(40.396)	16.754	35.805
	Euro	Reais					
Contas a receber	241	1.342	5,7817	7,2271	8,6725	4,3363	2,8908
Fornecedores	(391)	(2.178)	51	400	748	(297)	(645)
Fornecedores de imobilizado e intangível	(3.503)	(19.510)	(83)	(648)	(1.213)	483	1.048
Exposição líquida	(3.653)	(20.346)	(743)	(5.807)	(10.870)	4.320	9.383
			(775)	(6.055)	(11.335)	4.507	9.786

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa futura provável do euro e do dólar para 90 dias, obtida junto ao site da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) em 20 de fevereiro de 2023.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, passivo de arredamento com opção de compra, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices em 31 de dezembro de 2022 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Dívida Bancária Bruta	886.570	766.664	886.570	766.664
Disponibilidades	(176.995)	(125.516)	(256.088)	(189.718)
Endividamento líquido	709.575	641.148	630.482	576.946
Total do patrimônio líquido	467.216	356.136	467.244	356.157
Total do capital próprio e de terceiros	1.176.791	997.284	1.097.726	933.103
Endividamento Líquido/ EBITDA	2,22	2,01	1,55	1,60
Índice de alavancagem financeira (%)	60	64	57	62

* Nossos Covenants são calculados de acordo com o índice de endividamento líquido dividido pelo Ebitda, vide nota explicativa 21.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativos avaliados a valor justo por meio do resultado e outros resultados abrangentes				
Derivativos hedge accounting	6.410	2.624	6.410	2.624
Derivativos	-	3.790	-	3.790
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	176.995	125.516	256.088	189.718
Contas a receber de clientes	282.273	296.195	314.507	375.624
Créditos com controladas	161.765	119.130	-	-
Depósitos judiciais	106.509	185.332	106.704	185.382

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Aplicações financeiras vinculadas	9.291	13.679	9.291	13.679
Outros ativos	19.776	19.372	22.134	21.140
	<u>763.019</u>	<u>765.638</u>	<u>715.134</u>	<u>791.957</u>
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	481.783	512.073	583.353	555.549
Empréstimos, financiamentos e debêntures	883.571	762.392	883.571	762.392
Dividendos a pagar	563	970	563	1.043
Obrigações de Arrendamento	37.891	23.419	77.715	64.853
Dívidas com Pessoas ligadas	74.414	56.330	106.013	56.363
Outros passivos	26.505	18.454	59.966	51.928
	<u>1.504.727</u>	<u>1.373.638</u>	<u>1.711.181</u>	<u>1.492.128</u>

A Companhia possui aplicação financeira vinculada a um fundo de investimento de longo prazo e atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste no valor de R\$ 9.291 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.679 em 31 de dezembro de 2021). Essa aplicação financeira está classificada no ativo não circulante.

6. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações, majoritariamente em CDB bancários e uma pequena parcela em fundos de investimento, a rentabilidade das aplicações financeiras na data do balanço fica entre 86% a 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e têm liquidez imediata, podendo ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas correntes	60.118	91.370	81.710	112.861
Moeda nacional	60.082	86.854	67.685	100.860
Moeda estrangeira	36	4.516	14.025	12.001
Aplicações financeiras	116.877	34.146	174.378	76.857
Moeda nacional	116.877	34.146	173.864	67.141
Moeda estrangeira	-	-	514	9.716
	<u>176.995</u>	<u>125.516</u>	<u>256.088</u>	<u>189.718</u>

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante e não circulante. O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui contratos em aberto de NDFs com valor *notional* total de US\$ 51.066, nas seguintes condições:

a) Operações a liquidar/realizar após 31/12/2022, com efeito no ativo circulante e patrimônio Líquido:

Vencimento	Cotação fixada (média ponderada dos contratos) R\$/US\$	Valor referência (notional - US\$)	Valor justo MTM
31/01/2023	5,4487	5.407	693
28/02/2023	5,4720	5.275	640
31/03/2023	5,5079	5.521	668

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30/04/2023	5,5312	6.090	723
31/05/2023	5,5654	6.195	724
30/06/2023	5,5942	6.141	691
31/07/2023	5,6473	2.596	344
31/08/2023	5,6863	2.620	353
30/09/2023	5,7155	2.658	360
31/10/2023	5,7490	2.906	404
30/11/2023	5,7775	2.890	405
31/12/2023	5,8075	2.768	405
Total		51.066	6.410

b) Operações liquidadas/realizadas até 31/12/2022, com efeito no resultado:

Vencimento	Cotação fixada (média ponderada dos contratos) R\$/US\$	Valor referencial (notional - US\$)	Resultado operacional (NE 29)		Resultado financeiro (NE 32)	
			31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2021	5,0941	35.900	-	(11.442)	-	(69)
2022	5,9556	52.379	41.896	-	-	-

Tais contratos foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa e foram firmados para proteger a margem operacional no que tange às vendas em dólar, sendo registrados na metodologia de *hedge accounting*, conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

Em 31 de dezembro de 2022, houve ganho não realizado (valor justo - marcação a mercado pela curva do dólar da B3) de R\$ 6.410 sem considerar o impostos de renda e contribuição social, registrada em outros resultados abrangentes e no ativo circulante (nota explicativa nº 27.4), para os contratos a vencer na data, valor este evidenciado na Demonstração das mutações do patrimônio líquido e na Demonstração dos resultados abrangentes, bem como ganhos acumulados de R\$ 41.896 no resultado operacional (nota explicativa nº 27).

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Contas a receber de terceiros				
Mercado interno	204.555	239.247	214.705	258.018
Mercado externo	80.718	60.407	104.616	123.330
	<u>285.273</u>	<u>299.654</u>	<u>319.321</u>	<u>381.348</u>
Contas a receber de partes ligadas				
Entidades ligadas à administração	24	757	50	757
	<u>24</u>	<u>757</u>	<u>50</u>	<u>757</u>
Total de contas a receber no circulante	<u>285.297</u>	<u>300.411</u>	<u>319.371</u>	<u>382.105</u>
Total de contas a receber mercado interno no não circulante	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>	<u>3.391</u>
Total de contas a receber	<u>288.688</u>	<u>303.802</u>	<u>322.762</u>	<u>385.496</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes				
PCLD circulante	(3.024)	(4.216)	(4.864)	(6.481)
PCLD não circulante	(3.391)	(3.391)	(3.391)	(3.391)
	<u>(6.415)</u>	<u>(7.607)</u>	<u>(8.255)</u>	<u>(9.872)</u>
Total do contas a receber líquido de PCLD	<u>282.273</u>	<u>296.195</u>	<u>314.507</u>	<u>375.624</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

	Controladora					
	31 de dezembro de 2022	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2021	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	275.669	(1.132)	0,4%	295.689	(2.225)	0,8%
Vencidos até 30 dias	4.537	(45)	1,0%	1.763	(103)	5,8%
Vencidos de 31 a 60 dias	1.713	(86)	5,0%	418	(46)	11,0%
Vencidos de 61 a 90 dias	677	(68)	10,0%	279	(32)	11,5%
Vencidos de 91 a 120 dias	734	(184)	25,1%	273	(62)	22,7%
Vencidos de 121 a 180 dias	916	(458)	50,0%	457	(216)	47,3%
Vencidos de 181 a 360 dias	1.051	(1.051)	100,0%	1.532	(1.532)	100,0%
Vencidos há mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	3.391	(3.391)	100,0%
	<u>288.688</u>	<u>(6.415)</u>		<u>303.802</u>	<u>(7.607)</u>	

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2022	Perdas estimadas	Cobertura %	31 de dezembro de 2021	Perdas estimadas	Cobertura %
A vencer	296.191	(1.286)	0,4%	365.753	(3.289)	0,9%
Vencidos até 30 dias	11.523	(115)	1,0%	7.459	(159)	2,1%
Vencidos de 31 a 60 dias	3.408	(170)	5,0%	3.898	(211)	5,4%
Vencidos de 61 a 90 dias	2.744	(274)	10,0%	1.056	(107)	10,1%
Vencidos de 91 a 120 dias	2.309	(577)	25,0%	970	(234)	24,1%
Vencidos de 121 a 180 dias	1.509	(755)	50,0%	896	(409)	45,6%
Vencidos de 181 a 360 dias	1.687	(1.687)	100,0%	2.073	(2.072)	100,0%
Vencidos há mais de 361 dias	3.391	(3.391)	100,0%	3.391	(3.391)	100,0%
	<u>322.762</u>	<u>(8.255)</u>		<u>385.496</u>	<u>(9.872)</u>	

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A provisão para estimativa de crédito de liquidação duvidosa estimada pela Companhia é calculada por meio de uma política de escalonamento de realização da carteira, levando em consideração a análise de crédito, o histórico da recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento e as informações do mercado. Também é feita uma análise mensal sobre os saldos a vencer com base na carteira de clientes, além da análise da carteira de clientes a vencer pela experiência de perda e alguns clientes pontuais. Essa metodologia tem sustentado as estimativas de perdas nesta carteira, atendendo aos conceitos das normas IFRS 9/CPC 48.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

A movimentação da provisão para estimativa de crédito de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.026)	(10.310)
Provisão	(6.113)	(9.536)
Reversão de provisão	5.954	8.396
Baixa por perda efetiva	1.578	1.578
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.607)	(9.872)
Provisão	(3.619)	(10.100)
Reversão de provisão	2.682	9.587
Baixa por perda efetiva	2.129	2.130
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6.415)	(8.255)

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

Em 31 de dezembro de 2022, o total de títulos para receber dados em garantia era de R\$ 88.094 (R\$ 100.657 em 31 de dezembro de 2021). Para garantir as operações de terceiros com os franqueados, soma-se em garantia o valor de R\$ 167 (R\$ 478 em 31 de dezembro de 2021).

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Produtos acabados	321.573	165.656	401.824	211.876
Produtos em processo	11.116	10.455	11.330	10.706
Matérias-primas e materiais de consumo	57.440	57.720	59.130	58.576
Importações em andamento	383	7.871	3.438	16.048
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(13.301)	(8.594)	(20.684)	(11.842)
	377.211	233.108	455.038	285.364

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(8.861)	(9.491)
Constituição de provisão	(6.166)	(9.415)
Reversão de provisão por venda ou baixa	6.433	7.064
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(8.594)	(11.842)
Constituição de provisão	(11.804)	(19.185)
Reversão de provisão por venda ou baixa	7.097	10.343
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(13.301)	(20.684)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de Dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante				
IRPJ/CSLL (a)	11.210	1.192	12.477	1.864
ICMS (b)	10.257	218	10.575	270
PIS/COFINS (c)	9.703	19.959	9.765	19.951
IPI	2.798	3.841	2.865	3.859
Reintegra	880	720	880	720
Outros tributos a recuperar	938	732	971	790
	<u>35.786</u>	<u>26.662</u>	<u>37.533</u>	<u>27.454</u>
Não circulante				
ICMS-ST (d)	9.982	9.982	9.982	9.982
ICMS - DIFAL (e)	9.103	-	9.103	-
ICMS	299	4.783	357	4.877
	<u>19.384</u>	<u>14.765</u>	<u>19.442</u>	<u>14.859</u>

a) IRPJ e CSLL

O saldo é composto pelo saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2021 e 2022. Os saldos negativos serão compensados com outros tributos federais.

b) ICMS

O Saldo é composto por crédito de ICMS sobre ativo imobilizado R\$ 4.737, por crédito de ICMS Difal R\$ 5.663 e valores a recuperar sobre a atividades normais da companhia

c) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (2003-2009) e (2009-2014):

Durante o exercício de 2022 o saldo da exclusão do ICMS nas bases de PIS e COFINS foi totalmente compensado (R\$ 13.368 em 31 de dezembro de 2021). O saldo desta rubrica é composto pelos valores do PIS e da COFINS sobre o ativo imobilizado e créditos de PIS e COFINS decorrentes das operações normais da Companhia e serão integralmente compensados nas apurações seguintes.

d) ICMS-ST

Neste item estão registrados os valores de ICMS-ST incidentes sobre as operações de transferência

de produtos entre os estabelecimentos da Companhia, no montante de R\$ 9.982. Esse valor é objeto de processo junto à Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, visando sua total recuperação e foi reclassificado para o ativo não circulante em 2021 em função da avaliação da administração com relação ao seu prazo de recuperação.

e) ICMS-DIFAL

A PBG entrou com mandado de segurança nº 5015551-38.2021.8.21.0001 contra a cobrança do DIFAL no Estado do Rio Grande do Sul, antes de edição de lei complementar. Obteve êxito para a restituição do valor pago, através do trânsito em julgado ocorrido em setembro de 2022. Esse valor será restituído através de compensações com os valores apurados mensalmente pela Companhia.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

11. Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e previdenciária (vide notas explicativas nº 25 e 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original, atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cível (a)	94.426	171.195	94.426	171.195
Outros depósitos Cíveis	156	159	156	159
Trabalhista	1.636	2.075	1.786	2.083
Tributária	10.291	11.903	10.336	11.945
	-	-	-	-
	<u>106.509</u>	<u>185.332</u>	<u>106.704</u>	<u>185.382</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor de gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou no judiciário, postulando a manutenção da mencionada benesse, o que restou deferida a medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Em janeiro de 2022, o fornecedor de Gás obteve a revogação da medida liminar anteriormente deferida e, ainda, a autorização para o levantamento de 50% (cinquenta por cento) no montante de (R\$ 87.100), dos valores depositados em juízo. Sobre essa decisão, a Companhia apresentou recurso junto ao Tribunal de Justiça e aguarda julgamento.

A Companhia possui o mesmo montante registrado na rubrica de fornecedores, no passivo não circulante (vide nota explicativa 20).

12. Depósitos em garantia

Em setembro de 2020, a Companhia assinou um “Termo de Entendimento e Quitação de Obrigações” com a Refinadora Catarinense S.A., referente a quitação de uma dívida da Refinadora com a Companhia, no montante de R\$ 101.990. Neste termo, ajustaram as partes que a Refinadora concedeu em pagamento os numerários transferidos, no montante de R\$ 89.517, para os processos de execução fiscal ajuizados em face da PBG S.A, valor este registrado em outubro de 2020 em uma conta de depósitos em garantia, classificada no ativo não circulante.

Posteriormente, ao registro inicial a Companhia efetuou uma baixa parcial do saldo, referente à uma execução fiscal no valor de R\$ 2.115, resultando no saldo depositado R\$ 87.402 em 31 de dezembro de 2020.

No exercício de 2021, a Companhia resgatou R\$ 257 e reconheceu atualização financeira de R\$ 2.555, resultando no saldo de R\$ 89.700 apresentado em 31 de dezembro de 2021.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

No mês de março de 2022, a Companhia levantou a importância total de R\$ 15.159, sendo: i) R\$ 8.737, em 02 de março, relativamente a Execução Fiscal 0001185-67.2007.8.24.0072; ii) R\$ 6.422, em 28 de março, relativamente a Execução Fiscal 0004559-23.2009.8.24.0072.

No mês de julho de 2022, a Companhia obteve êxito no levantamento de: i) R\$ 38.619, em 01 de julho, relativamente a Execução Fiscal 0002437-66.2011.8.24.0072; e ii) R\$ 19.741, em 11 de julho, relativamente a Execução Fiscal 0004707-63.2011.8.24.0072.

A Companhia, observado o comando judicial que deferiu o levantamento, realizou a apresentação de seguros garantias nos autos das execuções fiscais nº 0001185-67.2007.8.24.0072 0002437-66.2011.8.24.0072.

No mês de agosto de 2022, a Companhia, nos autos da execução fiscal nº 0004555-83.2009.8.24.0072 obteve provimento jurisdicional que deferiu o levantamento do excesso de garantia no importe de R\$ 1.147.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a atualização financeira dos ativos no montante de R\$ 4.331, obtendo o saldo em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 19.365.

A Companhia informa que ainda existem valores contabilizados como “Depósitos em Garantia” que permanecem depositados em outras 5 execuções fiscais. A expectativa de realização da Companhia do montante de R\$ 19.365 decorrente das 5 execuções fiscais em aberto é para o ano de 2023.

13. Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras com o objetivo de ter ressarcido o empréstimo compulsório pago por meio das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/1962.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

A Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) interpôs Agravo de Instrumento no Cumprimento de Sentença e obteve decisão liminar favorável para cassar a decisão que determinou o pagamento em favor da Companhia, assim como a retomada do procedimento de liquidação de sentença. A liquidação de sentença transitou em julgado em julho de 2018, sendo favorável à Companhia. Esta, em fevereiro de 2019, requereu o prosseguimento do processo com a homologação dos cálculos do crédito, que apontou o montante de R\$ 12.821. Em nova manifestação, a Contadoria Judicial apurou o montante do *quantum debeatur* no importe de R\$ 12.977, atualizado até setembro de 2020.

Em setembro de 2022, após intimação, as Partes concordaram com o *quantum debeatur apresentado* pela Contadoria Judicial no importe de R\$ 12.977, que compreende o crédito da Companhia e a verba de honorários sucumbenciais. Após decisão homologatória e intimação da Eletrobras para o pagamento do valor exequendo, a executada efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 13.746, na data 17.01.2023, dos quais R\$ 12.668 serão objeto de levantamento pela Companhia e R\$ 1.078 serão levantados pelo Escritório de Advocacia. Cumpre informar que os valores executados foram levantados

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

pela Companhia em março de 2023. Assim, diante do pagamento pela Eletrobras, aguardamos a extinção do processo pelo cumprimento da obrigação.

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda	8.331	1.192	9.286	1.690
Contribuição social	2.879	-	3.191	174
	<u>11.210</u>	<u>1.192</u>	<u>12.477</u>	<u>1.864</u>

	Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Imposto de renda	-	124	1.931	2.749
Contribuição social	-	-	1.090	1.116
	<u>-</u>	<u>124</u>	<u>3.021</u>	<u>3.865</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para a Controladora e o Consolidado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prejuízos fiscais	<u>23.647</u>	<u>27.702</u>	<u>35.078</u>	<u>36.494</u>
Diferenças temporárias ativas	<u>64.253</u>	<u>63.053</u>	<u>68.623</u>	<u>65.297</u>
Variações cambiais pelo regime de caixa	16.067	16.725	16.067	16.725
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.526	1.753	2.526	1.753
Provisões civeis, trabalhistas, previd. e tributárias	18.205	19.423	18.665	19.423
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	4.754	8.590	4.754	8.590
Provisão para honorários de sucesso	7.320	6.929	7.349	6.929
Outras diferenças temporárias ativas	15.381	9.633	19.262	11.877
Diferenças temporárias passivas	<u>(71.791)</u>	<u>(63.462)</u>	<u>(78.178)</u>	<u>(69.849)</u>
Portobello previdência	(9.289)	(6.350)	(9.289)	(6.350)
Realização da reserva de reavaliação	(16.108)	(16.041)	(16.108)	(16.041)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito premio IPI - Fase I	(3.264)	(2.988)	(3.264)	(2.988)
Contingência ativa - crédito premio IPI - Fase II	(9.452)	(8.768)	(9.452)	(8.768)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	-	-	(6.387)	(6.387)
Operações de hedge accounting	(2.180)	(841)	(2.180)	(841)

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ajuste a valor presente	37	(63)	37	(63)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(27.176)	(24.052)	(27.176)	(24.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	<u>16.109</u>	<u>27.293</u>	<u>25.523</u>	<u>31.942</u>
Ativo não circulante	87.900	90.755	103.701	101.791
Passivo não circulante	(71.791)	(63.462)	(78.178)	(69.849)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2022 das contas de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2020	<u>37.807</u>	<u>37.713</u>
Prejuízos fiscais	(7.574)	(3.137)
Diferenças temporárias ativas	4.989	6.804
Diferenças temporárias passivas	(8.539)	(10.048)
Reserva de reavaliação	610	610
31 de dezembro de 2021	<u>27.293</u>	<u>31.942</u>
Prejuízos fiscais	(4.055)	(1.416)
Diferenças temporárias ativas	1.200	3.326
Diferenças temporárias passivas	(6.923)	(6.923)
Operações de hedge accounting	(1.339)	(1.339)
Reserva de reavaliação	(67)	(67)
31 de dezembro de 2022	<u>16.109</u>	<u>25.523</u>

c) Imposto de renda e contribuição social (resultado)

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Resultado antes do imposto	<u>166.279</u>	<u>209.655</u>	<u>204.584</u>	<u>229.509</u>
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(56.535)	(71.283)	(69.559)	(78.033)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	12.643	25.688	-	-
Incentivos fiscais	11.861	8.982	11.861	8.982
Incentivo fiscal - Sudene	858	4.216	858	4.216
Juros sobre o capital próprio	6.035	5.764	6.035	5.764
Lei do Bem	8.625	3.976	9.975	3.976
Depreciação de ativos reavaliados	1.141	(610)	1.141	(610)
IRPJ e CSLL sobre indêbitos tributários	(610)	26.686	(610)	26.686
Outros adições e exclusões permanentes	2.801	3.099	(11.180)	15.732
	<u>(13.181)</u>	<u>6.518</u>	<u>(51.479)</u>	<u>(13.287)</u>
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(5.839)	(3.447)	(48.902)	(27.996)
Constituição de Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(7.342)</u>	<u>9.965</u>	<u>(2.577)</u>	<u>14.709</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social (reconhecida no resultado - corrente e diferido)	<u>(13.181)</u>	<u>6.518</u>	<u>(51.479)</u>	<u>(13.287)</u>
Alíquota efetiva	<u>7,9%</u>	<u>-3,1%</u>	<u>25,2%</u>	<u>5,8%</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Prejuízos Fiscais na Controladora e Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal	69.551	81.476	103.170	107.335
IR/CS Diferidos	23.647	27.702	35.078	36.494

Baseado em estudos e projeções de resultados para os períodos seguintes, foi realizada uma análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2022, na Controladora e em sua Controlada Companhia Brasileira de Cerâmica, onde estimamos o seguinte cronograma para recuperação destes ativos:

Período	Controladora	Consolidado
2023	3.283	3.873
2024	2.953	11.094
2025	4.368	7.068
2026	6.655	6.655
2027	6.316	6.316
2028	72	72
	<u>23.647</u>	<u>35.078</u>

15. Ativos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	27.799	25.787	27.799	25.787
Processo nº 1984.00.020114-0	9.600	8.787	9.600	8.787
Correção cédulas de crédito rural (b)	-	-	-	18.786
Crédito-prêmio do IPI - "Polo Ativo" - Parcela Complementar (c)	75.107	75.107	75.107	75.107
IRPJ e CSLL sobre juros de indêbitos tributários (d)	27.827	26.686	27.827	26.686
	<u>140.333</u>	<u>136.367</u>	<u>140.333</u>	<u>155.153</u>

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia é parte ativa em processo judicial com o intuito de ter o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados "crédito-prêmio do IPI", em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, sendo que o importe reconhecido em novembro de 2009 e mantido em 31 de dezembro de 2022 é o de R\$ 27.799 (R\$ 25.787 em 31 de dezembro de 2021).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados.

A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, não se manifestou, o que ensejou a concordância tácita e, por conseguinte, operou-se a preclusão. O processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu, em 2015, o montante apurado pelo perito judicial, no valor de R\$ 4.983, e, como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e mantém em 31 de dezembro de 2022 o saldo de R\$ 9.600 (R\$ 8.787 em 31 dezembro de 2021). A Companhia diligenciará para que a expedição da requisição de pagamento ocorra até abril de 2024 de modo que a realização financeira aconteça até junho de 2025.

b) Atualização monetária Cédulas de Crédito Rural

Em março de 2017, a controlada PBTech, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs o cumprimento de sentença individual, com objetivo de obter o valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O Banco do Brasil, em sede de reclamação ajuizada no Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão favorável a si para determinar a suspensão do processo.

Em março de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e amparado em decisão anterior do Superior Tribunal de Justiça, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, passasse a tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC.

Em 24 de março de 2021, nos autos do RESP nº 1.319.232 (Ação Civil Pública), o Superior Tribunal de Justiça revogou o efeito suspensivo que havia concedido nos autos e, a partir da referida decisão, os cumprimentos individuais de sentença voltaram a prosseguir normalmente.

Diante da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que reconheceu a incompetência federal, a controlada PBTech, manejou o cumprimento individual sentença no âmbito da Justiça Estadual e aguarda provimento jurisdicional acerca do recurso manejado pela controlada PBTech em face da decisão que determinou a intimação do Executado (Banco do Brasil) para pagar voluntariamente ou apresentar impugnação, haja vista que Executado deixou transcorrer o prazo no cumprimento de sentença que tramitou perante a Justiça Federal.

O valor do crédito executado é de R\$ 18.786, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros).

Em Janeiro de 2022, a Justiça Estadual proferiu decisão em que rejeitou a impugnação apresentada pelo Banco do Brasil. Na mesma decisão, tendo em vista o decurso de prazo para o pagamento voluntário, o Juízo acolheu o pedido formulado pela PBTech para determinar o bloqueio de ativos financeiros do Banco do Brasil.

O valor bloqueado foi objeto de pedido de levantamento em favor da PBTech, mediante a apresentação de seguro garantia.

Em março de 2022, houve a expedição do alvará e o levantamento da importância penhorada, que totaliza R\$ 20.284 a qual foi creditado em conta bancária da Companhia. O Banco do Brasil apresentou recursos com pedido de efeito suspensivo em face da decisão que deferiu o levantamento, o que restou indeferido e aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

c) Crédito-prêmio do IPI – “Polo Ativo”

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O processo iniciou-se em 1984. Durante seu curso, chegou a tramitar perante o Supremo Tribunal Federal (STF), após, retornou à 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal (vara original), para que fosse dado prosseguimento ao cumprimento de sentença.

A Companhia, diante da manifestação prestada pela Contadoria Judicial – anexada ao processo em março de 2020 – em que informa não possuir conhecimento técnico para apresentar manifestação acerca das impugnações apresentadas pela União Federal e, considerando que os valores apresentados pela Companhia foram devidamente homologados, reconheceu a parcela tida como complementar no valor de R\$ 66.056 (base agosto de 2015).

No primeiro trimestre de 2020, foi reconhecido, o valor de R\$ 75.107. Concomitantemente no passivo foi constituído o valor de R\$ 56.330, referente aos valores a serem pagos a Refinadora Catarinense, R\$ 1.737 referente PIS e COFINS contabilizados no passivo de longo prazo, R\$ 3.380 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados nas respectivas contas de impostos diferidos, sendo passivo não circulante e resultado. Também foi provisionado o valor de honorários de sucesso. O valor líquido que cabe à Companhia é R\$ 4.823.

Em decisão de mérito, proferida em julho de 2022, acerca da impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Nacional, o MM. Juízo rejeitou os argumentos apresentados e, ainda, homologou os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial. Em face da referida decisão, a Fazenda Nacional apresentou Embargos de Declaração a qual restou rejeitado, mantendo-se incólume da decisão embargada.

d) IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros selic em razão da repetição de indébitos tributários

A Companhia impetrou mandado de segurança em 12 de dezembro de 2018, objetivando afastar a tributação de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic aplicáveis em indébitos tributários recuperados nas vias judiciais e administrativas ou depósitos judiciais, que atualmente se encontram pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal 4ª Região. Adicionalmente solicitou o reconhecimento do direito de retroagir 5 (cinco) anos desde o ajuizamento da ação até o trânsito em julgado.

Em setembro de 2021 o colegiado do Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 1.063.187, com rito de Repercussão Geral, a inconstitucionalidade da tributação de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelos contribuintes em razão de indébito tributário.

Em face do referido cenário e conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, dada a probabilidade de êxito da ação em decorrência da decisão em repercussão geral do STF, a Companhia registrou a sua melhor estimativa até o presente momento no valor de R\$ 27.827, do montante R\$ 10.869 representam IRPJ e CSLL correntes e R\$: 16.958 representam IRPJ e CSLL diferidos. Sobre os créditos registrados foi constituída provisão de honorários advocatícios no valor de R\$ 2.782.

De acordo com a avaliação da Companhia, o registro foi efetuado no grupo de ativos judiciais por entender que ainda não tem disponibilidade de recuperar o tributo por não ter ocorrido o trânsito em julgado da ação.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

16. Investimentos

Participação em controladas

A Companhia é controladora de seis empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica “Participação em controladas”.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja movimentação no período de 2022 e seu período comparativo, são apresentadas abaixo:

	Pais de constituição	Participação direta	Participação Indireta	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2021								
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	182.125	158.644	23.481	181.690	(2.548)
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%	57.708	55.558	2.150	-	-
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	119.886	109.923	9.963	211.393	18.637
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	37.013	16.317	20.696	107.649	71.216
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%	14.957	14.715	242	9.121	(11.181)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%	13.516	2.386	11.130	6.093	(2.007)
Em 31 de dezembro de 2022								
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%	253.447	222.616	30.831	210.724	(42.424)
Portobello America Manufacturing (a)	Estados Unidos	0,00%	100,00%	139.538	139.888	(350)	-	(2.359)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	0,06%	225.106	189.167	35.939	344.896	31.973
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%	47.233	18.847	28.386	107.967	51.906
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,99%	0,00%	17.046	17.001	45	13.063	(197)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%	33.241	11.170	22.071	12.509	(4.884)

(a) A Companhia tem participação indireta na Portobello América Manufacturing, a mesma é consolidada na Portobello América Inc., por esse motivo a movimentação da Portobello América Manufacturing não é apresentada abaixo.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja movimentação no exercício de 2022 e seu período comparativo, são apresentadas abaixo:

Movimentação de 31 de dezembro de 2021:

	Percentual de participação	31 de dezembro de 2020	Variações cambiais	Aumento de Capital Social	AFAC	Lucro/Prejuízo nos Estoques	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31 de dezembro de 2021
Investimentos									
Portobello América Inc.	100,00%	21.359	1.863	-	-	1.432	(2.548)	-	22.106
PBTech Ltda.	99,94%	21.532	-	-	-	-	18.637	(30.206)	9.963
Portobello Shop S.A.	99,90%	480	-	-	-	-	71.216	(51.000)	20.696
Mineração Portobello Ltda. (a)	99,76%	2.423	-	-	9.000	-	(11.181)	-	242
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A (b)	98,85%	7.999	-	11.240	(6.102)	-	(2.007)	-	11.130
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas									
		53.803	1.863	11.240	2.898	1.432	74.117	(81.206)	64.147
Participação em controladas		53.803							64.147

(a) Em setembro e dezembro de 2021, a PBG S.A fez AFACs para a controlada Mineração Portobello, no valor total de R\$9.000.

(b) Em abril de 2021, a PBG S.A fez um aumento de capital de R\$ 11.240 na Companhia Brasileira de Cerâmica (CBC), integralizando R\$ 6.102 do AFAC anteriormente contabilizado.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Movimentação de 31 de dezembro de 2022:

	Percentual de participação	31 de dezembro de 2021	Variações cambiais	Aumento de Capital Social	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	31 de dezembro de 2022
Investimentos								
Portobello América Inc.	100,00%	22.106	(3.071)	-	52.856	(41.644)	-	30.247
PBTech Ltda.	99,94%	9.963	-	-	-	31.955	(6.000)	35.918
Portobello Shop S.A.	99,90%	20.696	-	-	-	51.898	(44.237)	28.357
Mineração Portobello Ltda. (a)	99,99%	242	-	9.000	(9.000)	(197)	-	45
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A (b)	98,85%	11.130	-	-	15.710	(4.827)	-	22.013
Portobello S/A	100,00%	10	-	-	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas		64.147	(3.071)	9.000	59.566	37.185	(50.237)	116.590
Participação em controladas		64.147						116.590

(a) Em abril de 2022, a PBG S.A fez um aumento de capital de R\$ 9.000 na Mineração Portobello, integralizando todo o montante através de AFAC anteriormente contabilizado.

(b) Entre janeiro e dezembro de 2022, a Companhia Brasileira de Cerâmica S/A recebeu dois AFACs da PBG S.A no valor total de R\$15.710 e a Portobello América recebeu um AFAC no montante de 52.856.

17. Imobilizado

a) Composição

	Controladora				Consolidado				
	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	12.603	-	12.603	12.603	13.486	-	13.486	31.633
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	289.629	(87.462)	202.167	206.913	315.220	(97.814)	217.406	226.379
Máquinas e equipamentos	15%	750.528	(447.182)	303.346	283.260	764.877	(448.931)	315.946	286.057
Móveis e utensílios	10%	11.910	(9.565)	2.345	8.224	18.859	(11.424)	7.435	12.270
Computadores	20%	33.111	(28.113)	4.998	5.431	36.262	(28.867)	7.395	5.713
Outras imobilizações	20%	213	(151)	62	2.992	2.253	(1.165)	1.088	4.069
Imobilizações em andamento	-	36.570	-	36.570	8.887	208.474	-	208.474	48.337
		1.134.564	(572.473)	562.091	528.310	1.359.431	(588.201)	771.230	614.458

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora						31 de dezembro de 2021
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Varição cambial	
Terrenos	12.603	-	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	148.373	14.290	54.927	(10.624)	(53)	-	206.913
Máquinas e equipamentos	284.521	17.428	11.205	(29.894)	-	-	283.260
Móveis e utensílios	789	7.298	327	(190)	-	-	8.224
Computadores	6.638	1.224	231	(2.662)	-	-	5.431
Outras imobilizações	3.198	-	5	(117)	(94)	-	2.992
Imobilizações em andamento	66.695	8.887	(66.695)	-	-	-	8.887
	522.817	49.127	-	(43.487)	(147)	-	528.310

	Controladora						31 de dezembro de 2022
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Varição cambial	
Terrenos	12.603	-	-	-	-	-	12.603
Edificações e benfeitorias	206.913	6.829	536	(12.111)	-	-	202.167
Máquinas e equipamentos	283.260	20.903	30.562	(31.247)	(132)	-	303.346
Móveis e utensílios	8.224	26.227	(30.629)	(1.477)	-	-	2.345
Computadores	5.431	3.189	(888)	(2.734)	-	-	4.998
Outras imobilizações	2.992	-	(2.811)	(103)	(16)	-	62
Imobilizações em andamento	8.887	24.453	3.230	-	-	-	36.570
	528.310	81.601	-	(47.672)	(148)	-	562.091

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado						31 de dezembro de 2021
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências *	Depreciação	Baixas	Variação cambial	
Terrenos	13.485	-	18.148	-	-	-	31.633
Edificações e benfeitorias	163.926	16.560	63.236	(15.130)	(2.213)	-	226.379
Máquinas e equipamentos	287.697	17.690	11.203	(30.533)	-	-	286.057
Móveis e utensílios	2.462	9.866	728	(698)	(88)	-	12.270
Computadores	6.961	1.436	236	(2.813)	(107)	-	5.713
Outras imobilizações	3.918	-	1.259	(1.017)	(91)	-	4.069
Imobilizações em andamento	74.427	51.033	(77.123)	-	-	-	48.337
	552.876	96.585	17.687	(50.191)	(2.499)	-	614.458

	Consolidado						31 de dezembro de 2022
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Variação cambial	
Terrenos	31.633	-	-	-	(14.904)	(3.243)	13.486
Edificações e benfeitorias	226.379	9.658	357	(18.648)	(285)	(55)	217.406
Máquinas e equipamentos	286.057	31.116	30.563	(31.630)	(132)	(28)	315.946
Móveis e utensílios	12.270	28.057	(30.629)	(2.416)	-	153	7.435
Computadores	5.713	5.445	(870)	(2.845)	-	(48)	7.395
Outras imobilizações	4.069	482	(2.811)	(636)	(16)	-	1.088
Imobilizações em andamento	48.337	158.094	3.390	-	-	(1.347)	208.474
	614.458	232.852	-	(56.175)	(15.337)	(4.568)	771.230

* O montante de R\$ 17.687 em transferência, refere-se à entrada em transferência de terreno da controlada Portobello América Manufacturing de ativo e direito no montante de R\$ 18.148 nota explicativa 19, e saída em transferência para o ativo intangível no montante de R\$ (461) nota explicativa 18.

No exercício de 2022, as adições de imobilizado no Consolidado somaram R\$ 232.852, sendo 12,83% destinados compra de equipamentos para nova de fábrica de polimento em Tijucas, 7,25%, aquisição de impressoras Inkjet, 58,78% destinados compra de equipamentos para futura fábrica nos EUA, 1,92% representa a aquisição imobilizado da oficina da Flooring e 2,28% para as lojas próprias, e o restante 16,94% dividido entre projetos comerciais e corporativos e unidade industrial de Marechal Deodoro.

A baixa do ativo imobilizado decorre da realização da venda do terreno em Baxter no Tennessee nos Estados Unidos da América. A formalização da venda foi concretizada com a assinatura de três contratos: Contrato de compra e venda do Terreno e reembolso dos custos incorridos da obra em andamento até assinatura do contrato, Contrato de Agenciamento de construção e Contrato de Arrendamento Mercantil (Operação Built to Suit) com a OAK Street vencedora da licitação. A data prevista de entrega da construção da Fábrica é abril de 2023. O montante da venda do terreno é de R\$ 18.148 e o reembolso dos custos da construção em andamento é de R\$ 37.616. A baixa inclui os efeitos de variação cambial.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas, conforme segue:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo dos produtos vendidos	(40.318)	(36.729)	(40.524)	(37.293)
Despesa comercial	(5.449)	(5.071)	(13.406)	(11.189)
Despesa administrativa	(1.905)	(1.687)	(2.245)	(1.709)
	<u>(47.672)</u>	<u>(43.487)</u>	<u>(56.175)</u>	<u>(50.191)</u>

c) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

18. Intangível

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	-	150	-	150
Softwares	20%	65.794	(39.636)	26.158	15.892	79.379	(44.317)	35.062
Direito de exploração de jazidas	9%	1.000	(1.000)	-	-	4.074	(3.790)	284
Softwares em desenvolvimento	-	4.739	-	4.739	-	6.881	-	6.881
		<u>71.683</u>	<u>(40.636)</u>	<u>31.047</u>		<u>90.484</u>	<u>(48.107)</u>	<u>42.377</u>
				<u>22.324</u>				<u>28.797</u>

b) Movimentação do intangível

	Controladora					31 de dezembro de 2021
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	7.504	-	11.910	(3.497)	(25)	15.892
Softwares em desenvolvimento	5.403	12.789	(11.910)	-	-	6.282
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>13.057</u>	<u>12.789</u>	<u>-</u>	<u>(3.497)</u>	<u>(25)</u>	<u>22.324</u>

	Controladora					31 de dezembro de 2022
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	150
Softwares	15.892	5.137	11.998	(6.525)	(344)	26.158
Softwares em desenvolvimento	6.282	10.455	(11.998)	-	-	4.739
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>22.324</u>	<u>15.592</u>	<u>-</u>	<u>(6.525)</u>	<u>(344)</u>	<u>31.047</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado						31 de dezembro de 2021
	31 de dezembro de 2020	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Variação cambial	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	-	150
Softwares	10.180	329	15.335	(4.886)	(39)	-	20.919
Direito exploração de jazidas	446	-	-	(95)	-	-	351
Fundo de comércio	10.028	3.278	(11.465)	(991)	(850)	-	-
Softwares em desenvolvimento	7.669	14.582	(14.874)	-	-	-	7.377
	<u>28.473</u>	<u>18.189</u>	<u>(11.004)</u>	<u>(5.972)</u>	<u>(889)</u>	<u>-</u>	<u>28.797</u>

	Consolidado						31 de dezembro de 2022
	31 de dezembro de 2021	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Variação cambial	
Marcas e patentes	150	-	-	-	-	-	150
Softwares	20.919	6.827	16.272	(8.792)	(349)	185	35.062
Direito exploração de jazidas	351	-	-	(67)	-	-	284
Softwares em desenvolvimento	7.377	16.162	(16.272)	-	(386)	-	6.881
	<u>28.797</u>	<u>22.989</u>	<u>-</u>	<u>(8.859)</u>	<u>(735)</u>	<u>185</u>	<u>42.377</u>

* O montante de R\$ (11.004) refere-se a entrada em transferência do o ativo imobilizado no montante de R\$ 461 (nota explicativa 17 ativo imobilizado) e saída em transferência do fundo de comércio no montante de R\$ (11.465) para ativo de direito de uso (nota explicativa 19).

No exercício de 2022, as adições de intangível no Consolidado somaram R\$ 22.989, valor destinado boa parte ao projeto transformação, que visa otimizar e implementar melhorias digitais na área comercial e implementação do Oracle para a Empresa Portobello América e Companhia Brasileira de Cerâmica.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo dos produtos vendidos	(64)	(126)	(64)	(221)
Despesa comercial	(2.310)	(1.698)	(3.909)	(3.885)
Despesa administrativa	(4.151)	(1.673)	(4.886)	(1.866)
	<u>(6.525)</u>	<u>(3.497)</u>	<u>(8.859)</u>	<u>(5.972)</u>

Projeção para amortização do Intangível Consolidado

	2023	2024	2025	2026	2027 a 2038	Total
Softwares	(8.792)	(8.792)	(8.792)	(8.686)	-	(35.062)
Direito de exploração de jazidas	(68)	(68)	(68)	(68)	(12)	(284)
	<u>(8.860)</u>	<u>(8.860)</u>	<u>(8.860)</u>	<u>(8.754)</u>	<u>(12)</u>	<u>(35.346)</u>

O item denominado marcas e patentes não sofre amortização devido a sua vida útil indefinida.

c) Valor recuperável do ativo intangível

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração revisou as projeções de fluxos de caixa de ativos e não encontrou a necessidade de provisões para valor recuperável de ativos.

19. Ativo de arrendamento e obrigações de arrendamento

Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com IFRS 16/CPC 06 (R2), são registrados como Ativos de Arrendamento, com a contrapartida no passivo de curto e longo prazos, na rubrica Obrigações de Arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o total de 52 contratos (50 em 31 de dezembro de 2021) sendo 32 contratos classificados como arrendamento mercantil e sem opção de compra para as suas unidades comerciais e logísticas, e 20 contratos de arrendamento mercantil com opção de compra destinados aos veículos para os administradores da Companhia, os quais referem-se a arrendamentos para os quais existe opção de compra ao final, assemelhando-se a uma operação de financiamento.

Os arrendamentos mercantis sem opção de compra ao final do contrato, são compostos pelos aluguéis das lojas próprias, máquinas, centros de distribuição e do terreno para armazenamento, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos. Os Contratos de arrendamento mercantil com opção de compra ao final do contrato são compostos pelos aluguéis dos veículos utilizados pelos administradores da Companhia.

O valor do passivo de arrendamento representa o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos descontados a taxa média de juros de financiamento na Companhia. A Companhia determina o prazo do arrendamento e a localização física para fins Logísticos e pontos comerciais estratégicos. Os ativos de arrendamento mercantil estão detalhados a seguir e representam o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, menos incentivos, mais custo de desmontagem e remoção e seu valor residual no final do contrato, quando aplicável. Os prazos dos contratos de direito de uso variam entre 2 a 7 anos a depender do contrato, e possui um contrato com o prazo de 20 anos. O prazo de amortização do fundo de comércio é em média de 10 anos.

A Companhia adotou essa nova divulgação dos seus arrendamentos, visando maior clareza sobre a natureza dos contratos de arrendamento.

Conforme mencionado anteriormente os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco a sete anos com a opção de renovação após essa data. A Companhia adota, como taxa de desconto, o custo médio ponderado das operações de financiamento, referente ao mês vigente da adoção dos novos contratos de arrendamento.

Durante o exercício de 2022, houve o reajuste de contratos de aluguel dos imóveis das lojas próprias e dos centros de distribuição. Foram adicionados novos contratos de lojas, máquinas e carros.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Composição dos ativos de arrendamento

Arrendamento Mercantil	Controladora			Total
	Centro de Distribuição	Veículos	Máquinas	
31 de dezembro de 2020	15.224	3.753	-	18.977
Adições	7.327	1.603	-	8.930
Rescisões contratuais	(1.222)	-	-	(1.222)
Depreciação	(4.998)	(1.084)	-	(6.082)
31 de dezembro de 2021	16.331	4.272	-	20.603
Remensuração	1.461	537	-	1.998
Adições	-	1.721	23.576	25.297
Rescisões contratuais	(2.753)	(2.784)	-	(5.537)
Depreciação	(4.704)	(1.272)	(940)	(6.916)
31 de dezembro de 2022	10.335	2.474	22.636	35.445
Sem Opção de Compra	10.335	-	22.636	32.971
Com Opção de Compra	-	2.474	-	2.474

Arrendamento Mercantil	Consolidado							Total
	Centro de Distribuição	Lojas	Edifícios	Fundo de comércio	Veículos	Máquinas	Terrenos	
31 de dezembro de 2020	15.224	28.971	4.304	-	3.753	-	19.139	71.391
Remensuração	-	-	812	-	-	-	-	812
Varição cambial	-	-	1.580	-	-	-	-	1.580
Adições	7.327	8.765	9.557	-	1.603	-	-	27.252
Rescisões contratuais	(1.222)	(1.749)	(3.792)	-	-	-	(121)	(6.884)
Depreciação	(4.998)	(6.305)	(3.545)	-	(1.084)	-	-	(15.932)
Reclassificação do fundo de comércio (a)	-	-	-	11.465	-	-	-	11.465
Reclassificação Terreno PBA (b)	-	-	-	-	-	-	(18.148)	(18.148)
31 de dezembro de 2021	16.331	29.682	8.916	11.465	4.272	-	870	71.536
Remensuração	1.461	-	1.173	-	537	-	84	3.255
Varição cambial	-	-	(30)	-	-	-	-	(30)
Adições (c)	-	6.039	5.181	108.834	1.721	23.576	87	145.438
Rescisões contratuais	(2.753)	-	-	-	(2.784)	-	-	(5.537)
Depreciação	(4.704)	(8.030)	(6.372)	(5.553)	(1.272)	(940)	(64)	(26.935)
31 de dezembro de 2022	10.335	27.691	8.868	114.746	2.474	22.636	977	187.727
Sem Opção de Compra	10.335	27.691	8.868	114.746	-	22.636	977	185.253
Com Opção de Compra	-	-	-	-	2.474	-	-	2.474

a) O Fundo de Comércio foi transferido do ativo intangível (nota explicativa 18) para o ativo de direito de uso conforme IFRS 16 / CPC 06 R(2).

(b) Refere-se à transferência de terreno da controlada Portobello América Manufacturing de ativo e direito no montante de R\$ 18.148 (nota explicativa 17).

(c) A Companhia efetuou a aquisição de Lojas de franqueados partes relacionadas e de terceiros, essas operações de aquisições foi realizado valuation e pago fundo de comércio vide nota explicativa 38. A Companhia realizou de locação de empilhadeiras e retroscavadeira, classificados como máquinas e equipamentos.

b) Composição das obrigações de arrendamento

Arrendamento Mercantil	Controladora			Total
	Centro de Distribuição	Veículos	Máquinas	
31 de dezembro de 2020	18.008	2.465	-	20.473
Remensuração	-	-	-	-
Varição cambial	-	-	-	-
Adições	7.327	1.603	-	8.930
Rescisões e reclassificação contratuais	(1.222)	-	-	(1.222)
Pagamentos	(4.894)	(1.228)	-	(6.122)
Juros apropriados no período	1.136	224	-	1.360
Reclassificação Terreno PBA (b)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2021	20.355	3.064	-	23.419
Remensuração	1.461	537	-	1.998
Varição cambial	-	-	-	-
Adições	-	1.721	23.576	25.297
Rescisões e reclassificação contratuais	(3.144)	(833)	-	(3.977)
Pagamentos	(6.281)	(2.412)	(1.142)	(9.835)
Juros apropriados no período	(299)	922	366	989
31 de dezembro de 2022	12.092	2.999	22.800	37.891
Sem Opção de Compra	12.092	-	22.800	34.892
Com Opção de Compra	-	2.999	-	2.999
Passivo circulante	-	-	-	16.299
Passivo não circulante	-	-	-	21.592

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado						Total
	Centro de Distribuição	Lojas	Edifícios	Veículos	Máquinas	Outros	
Arrendamento Mercantil							
31 de dezembro de 2020	18.008	30.337	4.824	2.465	-	17.548	73.182
Remensuração	-	-	812	-	-	-	812
Variação cambial	-	-	1.473	-	-	-	1.473
Adições	7.327	9.265	9.058	1.603	-	-	27.253
Rescisões e reclassificação contratuais	(1.222)	(1.983)	(2.611)	-	-	-	(5.816)
Pagamentos	(4.894)	(7.584)	(4.911)	(1.228)	-	(113)	(18.730)
Juros apropriados no período	1.136	1.533	275	224	-	68	3.236
Reclassificação Terreno PBA (b)	-	-	-	-	-	(16.557)	(16.557)
31 de dezembro de 2021	20.355	31.568	8.920	3.064	-	946	64.853
Remensuração	1.461	-	1.173	537	-	84	3.255
Variação cambial	-	-	(563)	-	-	-	(563)
Adições	-	6.039	5.181	1.721	23.576	87	36.604
Rescisões e reclassificação contratuais	(3.144)	-	-	(833)	-	-	(3.977)
Pagamentos	(6.281)	(10.237)	(5.693)	(2.412)	(1.142)	(111)	(25.876)
Juros apropriados no período	(299)	2.251	111	922	366	68	3.419
31 de dezembro de 2022	12.092	29.621	9.129	2.999	22.800	1.074	77.715
Sem Opção de Compra	12.092	29.621	9.129	-	22.800	1.074	74.716
Com Opção de Compra	-	-	-	2.999	-	-	2.999
Passivo circulante							26.361
Passivo não circulante							51.354

c) Efeito de inflação

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo de arrendamento - fluxo real				
Ativo de direito de uso	46.043	29.620	118.909	113.954
Depreciação	(10.598)	(9.017)	(45.928)	(30.953)
	35.445	20.603	72.981	83.001
Ativo de arreamento - fluxo inflacionado				
Ativo de direito de uso	R\$49.319	R\$32.131	R\$127.368	R\$123.613
Depreciação	(11.352)	(9.781)	(49.195)	(33.577)
	37.967	22.350	78.173	90.036
Passivo de arrendamento - fluxo real				
Passivo de Arrendamento	R\$43.768	R\$26.958	R\$90.155	R\$73.873
Juros sobre arrendamento	(5.877)	(3.539)	(12.440)	(9.020)
	37.891	23.419	77.715	64.853
Passivo de arrendamento - fluxo inflacionado				
Passivo de Arrendamento	R\$46.882	R\$29.243	R\$96.569	R\$80.135
Juros sobre arrendamento	(11.352)	(3.839)	(13.325)	(9.785)
	35.530	25.404	R\$83.244	70.350

d) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2022	-	8.036	-	19.456
2023	16.299	11.049	26.361	28.016
2024	10.016	4.334	20.328	7.813
2025	10.094	-	21.089	5.209
2026	1.482	-	8.186	2.604
2027 a 2038	-	-	1.751	1.755
	37.891	23.419	77.715	64.853

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

e) Contratos por prazos e taxas de desconto

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e estrangeiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

<u>Prazos</u>	<u>Taxas % a.a.</u>
2 anos	13,89%
2 anos (a)	0,16%
3 anos	12,66%
5 anos (a)	0,05%
5 anos	6,26%
5 anos	12,35%
10 anos	6,80%
20 anos	7,16%

(a) Imóveis localizados nos Estados Unidos, sendo a taxa de juros local.

f) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar:

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

<u>Fluxo de caixa</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação de arrendamento	86.091	73.651
PIS/COFINS potencial (9,25%)	7.963	6.813

20. Fornecedores, cessão de crédito e contas a pagar de investimento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>	<u>31 de dezembro de 2022</u>	<u>31 de dezembro de 2021</u>
Mercado interno				
Cessão de crédito (risco sacado) (a)	126.393	97.717	126.393	97.717
Fornecedores de operação	220.325	187.245	234.320	195.717
Mercado externo	5.059	16.717	18.098	34.111
Circulante	351.777	301.679	378.811	327.545
Mercado interno (i)	94.426	171.195	94.426	171.195
Não circulante	94.426	171.195	94.426	171.195
Total de fornecedores de operação	446.203	472.874	473.237	498.740
Contas a pagar de investimentos (b)				
Mercado interno	16.069	15.256	16.700	15.256
Mercado externo	19.511	23.980	93.416	41.590
Total de fornecedores de investimento	35.580	39.236	110.116	56.846
	481.783	512.110	583.353	555.586

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 11.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras no montante de R\$ 126.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 101.358 em 31 de dezembro de 2021), com o objetivo de dispor, aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas, visando a manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

b) Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta, no passivo circulante, o montante de R\$ 26.390 na Controladora (R\$ 20.497 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 82.021 no Consolidado (R\$ 38.107 em 31 de dezembro de 2021) referente aos fornecedores de imobilizado e intangível. Concomitantemente, apresenta saldo de R\$ 9.190 na Controladora e R\$ 28.095 no Consolidado no passivo não circulante, com vencimento entre 2022 e 2025, que se referem às imobilizações para atualização dos parques fabris (R\$ 18.739 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci- mentos	Encargos	Controladora e Consolidado		
				31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	
Circulante						
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-27	3,79%	a.a. ¹ +IPCA	31.018	60.537
NCE (b)	R\$	ago-27	2,85%	a.a. ¹ + CDI	21.886	646
NCE	US\$	mar-22	3,08%	a.a. ¹ +VC	-	3.790
PRODEC (c)	R\$	jun-26	3,40%	a.a. ¹ + AVP	2.931	4.959
FINEP (d)	R\$	nov-30	2,6%	a.a. ¹ +TJLP	12.834	3.500
DEBÊNTURES 4ª Série (e)	R\$	set-26	3,00%	a.a. ¹ + CDI	87.930	7.193
ACC (f)	US\$	jan-23	2,50%	a.a. ¹ +VC	8.122	17.490
BNDES (g)	R\$	jun-26	1,80%	a.a. ¹ + SELIC	845	-
PPE (b)	US\$	nov-27	12,46%	a.a. ¹	337	-
Total do circulante			12,88%	a.a.¹	165.903	98.115
Total moeda nacional		R\$			157.444	76.835
Total moeda estrangeira		US\$			8.459	21.280
Não circulante						
Banco do Nordeste S.A (a)	R\$	jun-27	3,79%	a.a. ¹ +IPCA	36.555	60.069
PRODEC (c)	R\$	jun-26	3,40%	a.a. ¹ + AVP	20.524	14.687
FINEP (d)	R\$	nov-30	2,6%	a.a. ¹ +TJLP	151.769	162.116
NCE (b)	R\$	ago-27	2,85%	a.a. ¹ + CDI	197.234	130.000
DEBÊNTURES 4ª Série (e)	R\$	set-26	3,00%	a.a. ¹ + CDI	223.198	297.405
BNDES (g)	R\$	jun-26	1,80%	a.a. ¹ + SELIC	3.363	-
PPE (b)	US\$	nov-27	12,46%	a.a. ¹	85.025	-
Total do não circulante			13,35%	a.a.¹	717.668	664.277
Total moeda nacional		R\$			632.643	664.277
Total moeda estrangeira		US\$			85.025	-
Total Geral			13,26%	a.a.¹	883.571	762.392
Total moeda nacional		R\$			790.087	741.112
Total moeda estrangeira		US\$			93.484	21.280

¹ Taxa média ponderada (a.a. - ao ano)

AVP - Ajuste a Valor Presente

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

VC - Variação Cambial

CDI - Certificado de depósito interbancário

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Detalhamento dos contratos

7	Instituição/ Modalidade	Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)		Garantias/ Observação
								Valor	Data	
a)	Banco do Nordeste	jun/13	jun/25	133	24	Mensal	R\$ 105.646	R\$ 29.223	ago/14	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos. Repactuado em abr/20.
								R\$ 45.765	jan/15	
								R\$ 14.700	set/15	
								R\$ 4.713	mar/16	
								R\$ 2.418	dez/16	
								R\$ 8.827	fev/19	
								R\$ 105.646	Total	
		jul/19	jun/27	95	24	Mensal	R\$ 31.147	R\$ 7.246	jul/19	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos em 2º grau. Repactuado em abr/20.
								R\$ 4.681	fev/20	
								R\$ 4.261	set/20	
R\$ 7.000	jun/22									
						R\$ 23.188	Total			
		set/19	jul/23	12	2	Mensal	R\$ 23.500	R\$ 23.500	set/19	Aval PBTech e CBC. Repactuado em abr/20.
		jun/20	jul/23	37	13	Mensal	R\$ 35.000	R\$ 35.000	jun/20	Hipoteca de imóveis em 2º Grau. Repactuado em abr/20.
b)	Crédito de exportação (NCE)	jun/21	jun/26	60	24	Semestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	jun/21	Recebíveis da Portobello S.A. de 20% do saldo devedor contrato).
		ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21	Recebíveis da Portobello S.A. de 30% do saldo devedor contrato).
		dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 48.000	R\$ 48.000	dez/22	Recebíveis da Portobello S.A. de 10% do saldo devedor contrato)
		dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 40.000	R\$ 40.000	dez/22	Sem garantias
	PPE	nov/22	nov/27	60	24	Semestral	R\$ 43.000	R\$ 43.000	nov/22	Sem garantias
		nov/22	nov/27	60	24	Semestral	R\$ 43.000	R\$ 43.000	nov/22	Sem garantias
c)	Programa Desenvol. Empresa Catarinense (PRODEC)	ago/20	ago/24	48	*	*	R\$ 437	R\$ 437	ago/20	Regime especial obtido em jun/19. Saldo sujeito a Ajuste a Valor Presente (AVP). Atualização monetário de 4% a.a. e variação da UFIR. Taxa: média do capital de giro circulante (5,24% a.a). Valor diferido: 60% do imposto gerado no mês.
		set/20	set/24	48	*	*	R\$ 1.318	R\$ 1.318	set/20	
		out/20	out/24	48	*	*	R\$ 1.779	R\$ 1.779	out/20	
		nov/20	nov/24	48	*	*	R\$ 1.194	R\$ 1.194	nov/20	
		dez/20	dez/24	48	*	*	R\$ 1.519	R\$ 1.519	dez/20	
		jan/21	jan/25	48	*	*	R\$ 401	R\$ 401	jan/21	
		fev/21	fev/25	48	*	*	R\$ 1	R\$ 1	fev/21	
		mar/21	mar/25	48	*	*	R\$ 473	R\$ 473	mar/21	
		abr/21	abr/25	48	*	*	R\$ 654	R\$ 654	abr/21	
		jun/21	jun/25	48	*	*	R\$ 539	R\$ 539	jun/21	
		jul/21	jul/25	48	*	*	R\$ 368	R\$ 368	jul/21	
		ago/21	ago/25	48	*	*	R\$ 99	R\$ 99	ago/21	
		set/21	set/25	48	*	*	R\$ 758	R\$ 758	set/21	
		out/21	out/25	48	*	*	R\$ 1.098	R\$ 1.098	out/21	
		nov/21	nov/25	48	*	*	R\$ 1.894	R\$ 1.894	nov/21	
		dez/21	dez/25	48	*	*	R\$ 1.247	R\$ 1.247	dez/21	
		dez/21	dez/25	48	*	*	R\$ 457	R\$ 457	jan/22	
		dez/21	dez/25	48	*	*	R\$ 830	R\$ 830	fev/22	
		dez/21	dez/25	48	*	*	R\$ 927	R\$ 927	mar/22	
		abr/22	abr/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 693	R\$ 693	abr/22	

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		mai/22	mai/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 482	R\$ 482	mai/22	
		jun/22	jun/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 494	R\$ 494	jun/22	
		jul/22	jul/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 1.713	R\$ 1.713	jul/22	
		set/22	set/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 227	R\$ 227	set/22	
		nov/22	nov/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 433	R\$ 433	nov/22	
		out/22	out/26	48	Bullet	Bullet	R\$ 1.724	R\$ 1.724	out/22	
d)	FINEP	dez/19	set/29	117	32	Mensal	R\$ 66.771	R\$ 25.008	dez/19	Fiança bancária.
								R\$ 33.000	mar/20	
								R\$ 8.763	ago/21	
								R\$ 66.771	Total	
		nov/20	nov/30	120	36	Mensal	R\$ 98.487	R\$ 64.274	nov/20	
								R\$ 34.213	dez/21	
								R\$ 98.487	Total	
e)	Debêntures (4a emissão/1a série)	set/21	set/26	60	24	Semestral	R\$ 300.000	R\$ 300.000	set/21	Recursos parcialmente destinados ao resgate da 3a emissão (R\$ 150 milhões). Garantia real e garantia adicional fidejussória. Possui covenants que foram atingidos.
f)	ACC	out/21	jan/23	12	*	*	US\$ 1.538	R\$ 8.461	out/21	Sem garantias, prorrogado para 04/01/2023.
g)	BNDES	jun/22	jun/26	48	12	Trimestral	10.000	R\$ 3.923	jun/22	Programa BNDES Cadeiras Produtivas. 100% Recurso repassado aos franqueados Portobello Shop.

* Liquidação única ao final do contrato.

Em garantia dos demais empréstimos, foram concedidas aplicações financeiras vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora e da Controlada (nota explicativa nº 8), conforme aval dos controladores e da Controlada.

A Companhia possui um contrato com a seguinte cláusula financeira (covenants), o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não poderá ser superior a 3,50x.

Os compromissos de contratos (*covenants*) foram cumpridos para a data de 31 de dezembro de 2022.

Os empréstimos têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2022	-	98.115
2023	165.903	136.218
2024	168.895	153.458
2025	205.033	148.384
2026	194.694	132.539
2027	92.481	38.774
2028 a 2030	56.565	54.904
	883.571	762.392

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pro-rata*.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos empréstimos e debêntures:

	Controladora e Consolidado
Total da dívida em 31 de dezembro de 2020	727.766
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Captação de empréstimos e debêntures	513.735
Pagamento de principal	(488.798)
Pagamento de juros	(40.672)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Variações cambiais não realizadas	1.116
Juros apropriados	50.520
Ajuste a Valor Presente - Prodec	(187)
Apropriações de custos de debêntures	(1.088)
Total da dívida em 31 de dezembro de 2021	762.392
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Captação de empréstimos e debêntures	192.903
Pagamento de principal	(74.816)
Pagamento de juros	(79.661)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Variações cambiais não realizadas	(2.980)
Juros apropriados	83.118
Ajuste a Valor Presente - Prodec	1.857
Apropriações de custos de debêntures	758
Total da dívida em 31 de dezembro de 2022	883.571

Debêntures

Em AGE realizada no dia 16 de setembro de 2021, foi aprovada pela Companhia a realização, conforme proposta do Conselho de Administração, da sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, as quais serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição. Os *covenants* para o exercício de 2022 foram cumpridos.

Emissão	4ª
Agente Fiduciário	PENTÁGONO S.A.
Código ISIN	BRPTBLDBS000
Banco Liquidante	Banco Itaú BBA S/A
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S/A
Data de Emissão	17/09/2021
Data de Vencimento	17/09/2026
Rating de Emissão	Não
Remuneração	CDI + 3,00 a.a. (252 d.u.)
Negociação	CETIP
Número de Séries	1
Volume da Emissão R\$	300.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	300.000
Valor Nominal Unitário R\$	1.000,00
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA < 3,50 vezes
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 17/03/2022

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

22. Parcelamento de obrigações tributárias

A Companhia possui parcelamento federal, cuja adesão ocorreu em novembro de 2009 pela edição da Lei nº 11.941/09, sendo que restam 22 (vinte e duas) parcelas a serem quitadas.

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
2022	-	11.663
2023	12.313	12.179
2024	10.217	9.227
	<u>22.530</u>	<u>33.069</u>
Circulante	12.313	11.663
Não circulante	10.217	21.406

23. Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2022, os impostos, taxas e contribuições registrados no passivo circulante estavam classificados conforme o quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
ICMS	15.844	13.678	16.578	14.096
IRRF	6.187	7.599	8.281	8.385
PIS/COFINS	-	-	2.055	1.176
Outros	-	276	963	548
	<u>22.031</u>	<u>21.553</u>	<u>27.877</u>	<u>24.205</u>

24. Outras contas a pagar – Passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante				
Desmobilização de ativos	-	-	451	482
Fornecedores consignados	1.746	967	1.746	967
Comissões	10.762	8.569	15.297	11.846
Fundo de propaganda	-	-	3.689	7.023
Provisão de fretes	3.048	2.392	3.048	2.392
Provisão de gás natural	2.704	1.477	2.704	1.477
Outras contas a pagar	4.755	4.035	12.071	7.069
	<u>23.015</u>	<u>17.440</u>	<u>39.006</u>	<u>31.256</u>
Não circulante				
Desmobilização de ativos	-	-	1.287	955
Incentivos de Longo prazo	3.490	1.014	3.490	1.014
Subvenção governamental	-	-	15.480	16.556
Outras contas a pagar	-	-	703	2.147
	<u>3.490</u>	<u>1.014</u>	<u>20.960</u>	<u>20.672</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

25. Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, previdenciárias e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

As provisões para contingências são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Montante provisionado				
Cíveis	31.930	27.477	44.848	38.379
Trabalhistas	10.074	15.166	10.321	15.741
Previdenciários	4.550	4.550	4.550	4.550
Tributárias	28.519	30.313	28.650	30.344
	75.073	77.506	88.369	89.014

A movimentação do saldo das provisões para contingências pode ser assim apresentada:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.946	63.542
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	3.352	9.441	39	6.088	18.920
Provisões adicionais	9.590	11.787	18	3.882	25.277
Reversões por não utilização	(2.444)	(2.003)	-	(535)	(4.982)
Transferências (a)	(9.673)	(957)	-	-	(10.630)
Atualização monetária (Reversão)	5.879	614	21	2.741	9.255
Reversões por não realização	(947)	(3.288)	-	(721)	(4.956)
Em 31 de dezembro de 2021	27.477	15.166	4.550	30.313	77.506
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	7.396	160	-	2.323	9.879
Provisões adicionais	5.855	6.656	-	2.416	14.927
Reversões por não utilização	(1.908)	(6.886)	-	(481)	(9.275)
Atualização monetária (Reversão)	3.449	390	-	388	4.227
Reversões por não realização	(2.943)	(5.252)	-	(632)	(8.827)
Provisões (Reversões) por realização (sem efeito caixa)	-	-	-	(3.485)	(3.485)
Em 31 de dezembro de 2022	31.930	10.074	4.550	28.519	75.073

(a) Transferência de saldos de provisões da Controladora para as Controladas PBTech, PBShop, CBC e Mineração.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenciárias	Tributárias	Total
Em 31 de dezembro de 2020	25.072	9.013	4.511	24.977	63.573
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	14.379	10.104	39	6.088	30.610
Provisões adicionais	10.158	11.516	18	3.882	25.574
Reversões por não utilização	(2.542)	(2.074)	-	(535)	(5.151)
Atualização monetária (Reversão)	6.763	662	21	2.741	10.187
Reversões por não realização	(1.072)	(3.375)	-	(721)	(5.168)
					-
Em 31 de dezembro de 2021	38.379	15.741	4.550	30.344	89.014
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	9.566	(55)	-	2.423	11.934
Provisões adicionais	6.400	6.783	-	2.506	15.689
Reversões por não utilização	(2.278)	(7.090)	-	(481)	(9.849)
Atualização monetária (Reversão)	5.444	252	-	398	6.094
Reversões por não realização	(3.097)	(5.365)	-	(632)	(9.094)
Provisões (Reversões) por realização (sem efeito caixa)	-	-	-	(3.485)	(3.485)
					-
Em 31 de dezembro de 2022	44.848	10.321	4.550	28.650	88.369

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 454 ações cíveis (393 ações em 31 de dezembro de 2021), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis.

O saldo dos valores provisionados é composto por ações indenizatórias propostas por Consumidores Finais, Cliente Construtoras da Companhia, em que reclamam de produtos adquiridos, ainda, das ações civis públicas ajuizadas pela Advocacia Geral da União (AGU) em face da Mineração Portobello LTDA (controlada) em que objetiva o ressarcimento pela suposta extração ilegal de minérios, e ações relacionadas à rede de Franquias Portobello Shop. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas figuram como reclamadas em 359 reclamações trabalhistas (458 reclamações em 31 de dezembro de 2021), movidas por ex-funcionários e terceiros. As ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais.

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia reconheceu, a provisão desses débitos no valor total de R\$ 4.904, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Tributárias

Auto de infração nº 10340.720236/2021-00

Em 15 de março de 2021, a Companhia foi intimada acerca da lavratura do Auto de Infração para o lançamento do crédito tributário no valor de R\$ 6.421, que originou o processo administrativo nº 10340.720236/2021-00, relativamente ao período de 2017 a 2018, pelo não recolhimento de contribuição previdenciária incidente sobre a) pagamentos de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) realizados a segurados contribuintes individuais; b) pagamentos de verba nominada pela empresa, de “Bônus Assiduidade”, realizados a segurados empregados; e, c) contribuição destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não confessada na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), incidente sobre o pagamento realizado a segurados empregados. A Companhia apresentou impugnação contra os lançamentos e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal do Brasil.

Para o referido auto de infração, a Companhia constituiu provisão de R\$ 620, sendo o restante considerado como probabilidade de perda remota.

26. Ações de perda possível

a) Perda possível

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

A Companhia foi cientificada da instauração, pelo Ministério da Economia, de um Processo Administrativo de Responsabilização – PAR/ME, para se apurar indícios de descumprimento do disposto na Lei 12.846/13, consistente em suposta irregularidade que remonta ao ano de 2015.

Até o momento não há qualquer indicativo, mínimo que seja, de que a integridade operacional e/ou financeira da Companhia estaria exposta de forma relevante.

Prontamente, iniciou-se investigação interna para a integral apuração da notícia recebida. Tal procedimento subsidiará a Companhia de maiores informações cujos principais objetivos são adequadamente endereçar eventuais irregularidades confirmadas e colaborar integralmente com as autoridades competentes. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível.

A Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima as demais contingências possíveis nos montantes dos passivos contingentes a seguir apresentados:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Cíveis	5.508	5.510	5.593	5.570
Trabalhistas	6.259	11.576	6.378	11.753
Previdenciários	10.985	10.985	10.985	10.985
Tributárias	13.850	10.141	13.850	13.850
	36.602	38.212	36.806	42.158

27. Patrimônio líquido

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta um capital social e integralizado no valor total de R\$ 250.000 (R\$ 250.000 em 31 de dezembro de 2021), representado por 140.986.886 ações ordinárias (147.529.703 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2022 havia 54.759.327 ações em circulação, equivalente a 38,84% do total de ações emitidas (54.856.527 em 31 de dezembro de 2021, equivalente a 38,91% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por Controladores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal, Administradores e ações em tesouraria.

Durante o período, a Companhia apresentou movimentações de suas ações, sendo por compra de ações para manutenção em tesouraria e cancelamento das ações referente ao plano de recompra do exercício de 2021 e 2022. Abaixo, as movimentações das ações:

	Movimento das Ações em tesouraria	Ações	Ações em tesouraria	Ações em poder dos acionistas
31 dezembro de 2020	Saldo inicial	158.488.517	3.959.156	154.529.361
Janeiro de 2021	Compra	-	14.800	154.514.561
Fevereiro de 2021	Compra	-	2.081.900	152.432.661
Março de 2021	Cancelamento	(3.959.156)	(3.959.156)	152.432.661
Março de 2021	Compra	-	4.902.958	147.529.703
Junho de 2021	Cancelamento	(6.999.658)	(6.999.658)	147.529.703
Junho de 2021	Compra	-	71.200	147.458.503
Agosto de 2021	Compra	-	4.643.000	142.815.503
Setembro de 2021	Compra	-	1.828.617	140.986.886
31 de dezembro de 2021	Saldo final	147.529.703	6.542.817	140.986.886
Março de 2022	Cancelamento	(6.542.817)	(6.542.817)	140.986.886
30 de setembro de 2022	Saldo final	140.986.886	-	140.986.886

27.2 Ações em Tesouraria

Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia cancelou 10.958.814 ações em tesouraria, adquiridas conforme programa de recompra aprovado no exercício de 2020 e 2021, e seu respectivo valor R\$ 76.459 foi contabilizado na reserva de retenção de lucros.

Em 14 de junho de 2021, o Conselho de Administração aprovou novo programa de Recompra de até 6.542.817 de ações, correspondente a 4,4% das ações emitidas e a 10% das ações em circulação ("free float"), com vigência até 14 de junho de 2022. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

recomprou o total de 6.542.817 ações ordinárias, no valor de R\$ 91.351. Em 28 de março de 2022 a Companhia efetuou o cancelamento das 6.542.817 ações ordinárias mantidas em tesouraria.

27.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva legal soma o valor de R\$ 50.000 (R\$ 43.016 em 31 de dezembro de 2021) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76).

A reserva de lucros a destinar, no montante de R\$ 35.633 (R\$ 35.633 em 31 de dezembro de 2021), tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada e destinada na Assembleia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2022, saldo da reserva de retenção de lucros a realizar soma o valor de R\$ 36.869 (R\$ 92.174 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reserva de Incentivos Fiscais soma o valor de R\$ 103.194 (R\$ 65.785 em 31 de dezembro de 2021), A Companhia constituiu reservas de incentivos fiscais no exercício de 2022 no valor de R\$ 37.409 (R\$ 30.634 em 31 de dezembro de 2021), em 2021 houve a integralização de capital social com reserva de incentivos fiscais no valor de R\$: 50.000. Referente às subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento Tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD) e ao Simples Nacional.

27.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Controladora e Consolidado	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído (a)	Ajustes acumulados de conversão (b)	Outros resultados abrangentes (c)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	32.323	(68.353)	(14.095)	(50.125)
Realização da reserva de reavaliação	(1.184)	-	-	(1.184)
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	1.863	-	1.863
Ganho (perda) atuarial	-	-	7.883	7.883
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	-	-	(2.680)	(2.680)
Operações de <i>hedge accounting</i>	-	-	2.474	2.474
IR/CS diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	(841)	(841)
Em 31 de dezembro de 2021	31.139	(66.490)	(7.259)	(42.610)
Realização da reserva de reavaliação	129	-	-	129
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	(3.071)	-	(3.071)
Ganho (perda) atuarial	-	-	7.364	7.364
IR/CS diferidos sobre ganho (perda) atuarial	-	-	(2.504)	(2.504)
Operações de <i>hedge accounting</i>	-	-	3.935	3.935
IR/CS diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	(1.338)	(1.338)
Em 31 de dezembro de 2022	31.268	(69.561)	198	(38.095)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas IFRS 1/CPC 37, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Tal reavaliação incluiu terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, que vem sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas e registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos), oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior, estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de variação cambial foi de R\$ (3.071) (R\$ 1.863 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa nº 16.

c) Outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 198 (R\$ 7.259 em 31 de dezembro de 2021) decorre de:

i) Valor justo dos planos de previdência (atuarial), no montante de R\$ (4.032) (R\$ (8.892) em 31 de dezembro de 2021);

ii) Valor justo do *hedge accounting* de R\$ 6.410 (R\$ 2.474) em 31 de dezembro de 2021), devido ao resultado negativo das operações com instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* ainda não realizados no trimestre, com efeito de R\$ (2.180) (R\$ (841) em 31 de dezembro de 2021) de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre este saldo, saldo líquido de valor justo de *hedge accounting* R\$ 4.230 (R\$ 1.633 em 31 de dezembro de 2021). Tais valores são baixados do Patrimônio Líquido para o resultado na medida em que ocorrem os vencimentos dos contratos de NDF e embarques das vendas em dólar ocorridos no respectivo mês do vencimento dos contratos.

28. Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas, desde 1997, patrocinam plano de benefícios previdenciários intitulado Portobello Prev, administrado pelo Bradesco, que conta com 3.739 (3.647 em 31 de dezembro de 2021) participantes ativos e 23 (23 em 31 de dezembro de 2021) aposentados e pensionistas. O plano tem a característica de contribuição definida na fase de acumulação dos recursos. Na fase de concessão dos benefícios, o plano apresenta a característica de benefício definido, garantindo benefícios de aposentadoria e pensão vitaliciamente aos seus participantes. Além disso, oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade, custeado exclusivamente pelas patrocinadoras.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
Valor justo dos ativos do plano		Obrigação de benefício definido	
Em 31 de dezembro de 2020	86.892	Em 31 de dezembro de 2020	75.918
Benefícios pagos no ano	(4.642)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.052
Contribuições participante vertidas no ano	1.437	Juros sobre obrigação atuarial	6.951
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	2.697	Benefícios pagos no ano	(4.642)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	5.758	Obrigações - (ganho) ou perda	(5.430)
Perdas (ganhos) Financeiras	2.453		
	<u>94.595</u>	Em 31 de dezembro de 2021	<u>75.918</u>
Benefícios pagos no ano	(4.046)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.802
Contribuições participante vertidas no ano	2.282	Juros sobre obrigação atuarial	10.695
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	4.246	Benefícios pagos no ano	(4.046)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	7.248	Obrigações - (ganho) ou perda	(3.102)
Perdas (ganhos) Financeiras	4.262		
	<u>108.587</u>	Em 31 de dezembro de 2022	<u>81.267</u>

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Valor justo dos ativos do plano	108.587	94.595	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	3.102	5.430
Valor presente das obrigações financiadas	(81.267)	(75.918)	Ganho (perda) nos ativos do plano	4.262	2.453
Ativo (passivo) atuarial líquido	<u>27.320</u>	<u>18.677</u>	Ganho (perda) atuarial	<u>7.364</u>	<u>7.883</u>

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referentes ao resultado da gestão dos ativos, são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.802)	(1.052)
Juros sobre as obrigações atuariais	(10.695)	(6.951)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	7.248	5.758
Contribuições de participantes no ano	2.282	1.437
Contribuições do empregador no ano	4.246	2.697
Reconhecido no resultado	<u>1.279</u>	<u>1.889</u>

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	10,11 % a.a. nominal (inflação + 6,39 %a.a. real)	8,91 % a.a. nominal (inflação + 5,23 %a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	10,11 % a.a. nominal (inflação + 6,39 %a.a. real)	8,91 % a.a. nominal (inflação + 5,23%a.a. real)
Inflação de longo prazo	3,50%	3,50%
Projeção de crescimento salarial	3,5 % a.a. nominal (0,00%a.a. real)	3,5 % a.a. nominal (0,00%a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	98%	98%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	98%	98%
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	1,10%	1,10%
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 BASIC (segregada por sexo)	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Rotatividade	1,10% a.a.	1,10% a.a.
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

A Companhia também reconheceu, em 31 de dezembro de 2022, um ganho atuarial de R\$ 7.364 (R\$ 7.883 em 31 de dezembro de 2021) no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, referente aos pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados e atualização atuarial o reflexo é outras receitas operacionais, no valor de R\$ 1.279 (R\$ 1.889 em 31 de dezembro de 2021)

29. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, são demonstradas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receita bruta de vendas	2.190.522	2.032.037	2.706.332	2.410.628
Resultado com operação de <i>hedge accounting</i>	41.896	(11.442)	41.896	(11.442)
Deduções da receita bruta	(472.067)	(438.563)	(551.547)	(487.059)
Impostos sobre vendas	(416.698)	(371.545)	(476.854)	(407.057)
Devoluções e abatimentos	(55.369)	(67.018)	(74.693)	(80.002)
Receita líquida de vendas	1.760.351	1.582.032	2.196.681	1.912.127

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A natureza operacional e a receita líquida são demonstradas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Venda produtos próprios	1.642.079	1.490.974	1.883.927	1.652.004
Revenda produtos de terceiros	118.272	91.058	196.246	152.366
Royalties	-	-	116.508	107.757
Receita operacional líquida	1.760.351	1.582.032	2.196.681	1.912.127

De modo geral, a Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de vendas.

30. Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.147.595)	(1.018.637)	(1.251.067)	(1.085.039)
Com Vendas	(311.691)	(275.434)	(533.989)	(421.287)
Gerais e Administrativas	(86.097)	(67.489)	(90.165)	(68.980)
	(1.545.383)	(1.361.560)	(1.875.221)	(1.575.306)
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	(834.990)	(660.618)	(824.848)	(651.702)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(357.686)	(311.229)	(449.806)	(366.850)
Mão de obra e serviços de terceiros	(99.722)	(90.464)	(127.861)	(102.385)
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	(73.467)	(65.274)	(76.509)	(67.230)
Custo das mercadorias revendidas	(94.580)	(68.670)	(191.122)	(127.382)
Amortização e depreciação	(61.113)	(53.066)	(91.969)	(72.216)
Outras despesas comerciais	(16.395)	(14.714)	(42.604)	(49.174)
Comissões sobre vendas	(42.110)	(37.560)	(80.244)	(50.662)
Despesas com marketing e publicidade	(42.315)	(36.921)	(59.881)	(48.183)
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	(39.328)	(32.638)	(39.328)	(32.638)
Despesas com aluguéis - não aplicável ao IFRS 16	(27.881)	(23.062)	(32.566)	(27.709)
Ociosidade (b)	(10.994)	-	(10.994)	-
Outras despesas administrativas	(165)	(5.354)	(1.113)	(5.804)
Variações nos estoques de produtos acabados e elaboração (a)	155.363	38.010	153.624	26.629
Total	(1.545.383)	(1.361.560)	(1.875.221)	(1.575.306)

a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, representando a realização das vendas de itens produzidos em exercícios anteriores.

b) Valores decorrentes da ociosidade do parque fabril de Tijucas e Marechal Deodoro.

31. Outras receitas e despesas operacionais líquidas

O montante de outras receitas e despesas operacionais líquidas, são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	1.712	691	1.712	691
Atualização atuarial (NE 28)	1.279	1.889	1.279	1.889
Venda de ativo imobilizado (a)	-	-	14.773	-
Reversão Inconstitucionalidade DIFAL	19.621	-	19.621	-
Reversões de provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	-	9.831	-	9.831

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Créditos tributários	2.975	3.697	2.975	3.697
Outras receitas	314	10.104	1.685	12.172
	<u>25.901</u>	<u>26.212</u>	<u>42.045</u>	<u>28.280</u>
Outras despesas operacionais				
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	(6.854)	(20.791)	(7.009)	(22.854)
Reversões de provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	-	-	-	(9.831)
Honorários advocatícios	(2.853)	(2.669)	(2.853)	(2.669)
Tributos sobre outras receitas	(711)	(453)	(764)	(520)
Rescisões contratuais de lojas próprias	-	-	-	(2.046)
Provisão para participação no resultado	(4.833)	(23.495)	(7.758)	(24.166)
Provisão de perdas nos estoques	-	-	(4.728)	-
Baixa de ativo imobilizado (a)	-	-	(14.905)	-
Prêmio para bônus de atingimento de meta	(2.955)	(1.015)	(4.912)	(1.069)
Outras despesas	(1.408)	(8.214)	(6.331)	(13.205)
			-	-
Total	<u>(19.614)</u>	<u>(56.637)</u>	<u>(49.260)</u>	<u>(76.360)</u>
Total líquido	<u>6.287</u>	<u>(30.425)</u>	<u>(7.215)</u>	<u>(48.080)</u>

(a) Refere-se a venda do terreno da Portobello América para a Oak Steet, decorrente da operação de Built to suit para a construção da fábrica dos Estados Unidos, vide nota explicativa 17.

32. Resultado financeiro

Os resultados financeiros são demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas financeiras				
Juros	6.488	4.526	10.158	6.586
Atualização de ativos	7.267	10.897	7.267	15.337
Ganho com operação de Swap	-	2.406	-	2.406
Outros	526	180	730	503
Total	<u>14.281</u>	<u>18.009</u>	<u>18.155</u>	<u>24.832</u>
Despesas financeiras				
Juros	(40.386)	(36.123)	(47.154)	(38.378)
Encargos financeiros com tributos	(3.509)	(1.399)	(3.704)	(1.425)
Atualização provisões para contingências	(3.831)	(7.460)	(5.864)	(9.088)
Comissões e taxas de serviços	(6.736)	(8.640)	(12.335)	(14.675)
Despesas bancárias/ Desagio	(104)	(218)	(6.738)	(225)
Resultado de operação de Swap	(411)	(2.402)	(411)	(2.402)
Juros sobre debêntures	(46.069)	(20.049)	(46.069)	(20.049)
Outros	(6)	(3.566)	(163)	(3.725)
Total	<u>(101.052)</u>	<u>(79.857)</u>	<u>(122.438)</u>	<u>(89.967)</u>
Varição cambial líquida				
Cientes e fornecedores	(5.387)	7.402	(5.375)	7.398
Empréstimos e financiamentos	(3)	(1.495)	(3)	(1.495)
Total	<u>(5.390)</u>	<u>5.907</u>	<u>(5.378)</u>	<u>5.903</u>
Total líquido	<u>(92.161)</u>	<u>(55.941)</u>	<u>(109.661)</u>	<u>(59.232)</u>

33. Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por ação para 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	153.098	216.173
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	140.987	147.623
Lucro básico por ação	1,08590	1,46436

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

34. Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022 representam 25% do lucro da Companhia menos a Reserva Legal constituída no ano de 2022, que somam R\$ 36.529 (R\$ 51.341 em 31 de dezembro de 2021).

Dividendos	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	153.098	216.173
Constituição da reserva legal (5%)	6.984	10.809
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	146.114	205.364
Dividendos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	(36.529)	(51.341)
Dividendos adicionais propostos	(6.914)	(47.852)
Total dos dividendos anuais	(43.442)	(99.193)

No dia 05 de agosto de 2022, na Reunião do Conselho da Administração, foi aprovado o pagamento dos dividendos antecipados do ano de 2022, no valor total de R\$ 43.442 sendo R\$ 22.847 de dividendos e R\$ 20.595 de juros sobre capital próprio, R\$ (3.089) de imposto de renda na fonte, R\$ 17.506 de líquido de imposto de renda. Os valores por ação são R\$ 0,1620 e R\$ 0,1460 de dividendos e juros sobre capital próprio, respectivamente. Os proventos foram pagos no dia 01 de setembro de 2022.

O valor total de proventos pagos em adiantamento referente ao exercício de 2022, foi de R\$ 43.442. A Companhia irá efetuar a posposta de pagamentos de dividendos adicionais em Assembleia Geral Ordinária no montante de R\$ 29.615. A Companhia distribuirá dividendos aos acionistas no montante de R\$ 73.057, referente ao exercício de 2022.

35. Informações por segmento

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop (PBShop), Pointer e Portobello America (PBA).

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijuca e atende os mercados "B2B" (*business-to-business service*), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop (PBShop) atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America (PBA) representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

a) Informações por segmento de negócio do exercício de 2022 e 2021:

	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.683.493	513.188	2.196.681	1.510.218	401.909	1.912.127
Custo dos produtos vendidos	(913.933)	(337.134)	(1.251.067)	(811.995)	(273.044)	(1.085.039)
Lucro operacional bruto	769.560	176.054	945.614	698.223	128.865	827.088

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para 57 países.

b) Informações por segmento de negócio do exercício de 2022 e 2021:

	Em 31 de dezembro de 2021					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.912.127	(61.452)	904.665	269.776	623.704	175.434
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	59.673	(503.685)	(161.792)	(335.787)	(143.448)
Lucro operacional bruto	827.088	(1.779)	400.980	107.984	287.917	31.986
*Eliminações entre negócios						
	Em 31 de dezembro de 2022					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	2.196.681	(94.955)	1.024.156	225.444	809.011	233.025
Custo dos produtos vendidos	(1.251.067)	90.271	(577.114)	(153.265)	(433.412)	(177.547)
Lucro operacional bruto	945.614	(4.684)	447.042	72.179	375.599	55.478
*Eliminações entre negócios						

36. Compromissos para aquisição de ativos

Compra de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 1.588 (em 31 de dezembro de 2021 somavam R\$ 9.270). Tais gastos são

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

correspondentes à modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

Operação de Construção da Fábrica da Subsidiária Portobello Manufacturing LLC:

Ao longo do período de 2022 a Portobello América avançou no projeto da nova fábrica que está sendo construída em Baxter, no Tennessee. A Companhia comunicou ao mercado em março a assinatura do contrato de Built-to-Suit (BtS), no valor de USD 90 milhões, que visa a construção da nova fábrica, além das condições comerciais de longo prazo para utilização do espaço no formato de leasing sem a opção de compra.

Adicionalmente, também em março, a Portobello América realizou a aquisição de equipamentos para a fase 1 do projeto. O investimento em equipamentos nesta fase do projeto totalizará aproximadamente USD 45 milhões. Até 31 de dezembro de 2022 foi recebido o montante de USD 5 milhões em máquinas e o restante será recebido no 1º trimestre de 2023. A unidade deverá entrar em operação em abril de 2023.

37. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2022, é considerada suficiente para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Tipo de Apólice	Limite Máximo Indenizável	Vencimento
Seguro de automóvel	79 (veículos)	15/11/2023
Seguro Garantia Contrato Engie EBC-18.1710-CVE-CL	4146	01/03/2024
Seguro de vida em grupo e Assistência Funeral	510.964	01/03/2023
Seguro Garantia Contrato Engie	5.710	01/03/2023
Seguro responsabilidade Civil Geral (Tijucas/Pointer)	6.520	14/04/2023
Seguro Patrimonial - Lojas Próprias	8.400	25/05/2023
Seguro Patrimonial - Pointer (Prédio Alagoas)	61.000	13/06/2023
Seguro Patrimonial PBG (Tijucas/Pointer/CD's) LMI Único	305.000	13/06/2023
Seguro Cyber	7.000	01/07/2023
Seguro indenização securitária diretores e administradores - D&O	43000	26/08/2023
Seguro Transporte Internacional - Importação Portobello	189.433	31/12/2023
Seguro Transporte Internacional - Importação Pointer	4.808	31/12/2023
Garantia na modalidade judicial	1.408	24/04/2023
Garantia na modalidade judicial	129	24/04/2023
Garantia na modalidade judicial	248	13/11/2023
Garantia na modalidade judicial	169	13/11/2023
Garantia na modalidade judicial	10.421	21/01/2024
Garantia na modalidade judicial (d)	44.720	21/01/2024
Garantia na modalidade judicial	3.899	26/04/2024
Garantia na modalidade judicial	1.534	13/05/2024
Garantia na modalidade judicial	315	10/05/2025
Garantia na modalidade judicial	10.603	10/05/2025
Garantia na modalidade judicial (a)	28.000	18/06/2025
Garantia na modalidade judicial	261	26/01/2026
Garantia na modalidade judicial (b)	53.070	03/05/2026
Garantia na modalidade judicial	1.366	03/05/2026
Garantia na modalidade judicial	734	03/05/2026
Garantia na modalidade judicial (c)	28.777	07/03/2027
Garantia na modalidade judicial	171	21/03/2027
Garantia na modalidade judicial	23.184	14/12/2027

(a) A apólice de seguro garantia, emitida na modalidade judicial, no valor de R\$ 28.000 restou apresentada nos autos da Reclamatória Trabalhista, em que pugna pelo pagamento de verbas trabalhistas, atualmente em trâmite perante a 15ª Vara do Trabalho de Salvador/BA. O valor da garantia expressa nessa Apólice abrange o valor total do débito em discussão, nele compreendido o principal, multa, honorários advocatícios, juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo TR.

(b) A apólice de seguro garantia no valor de R\$ 53.070 restou apresentado nos autos da ação cautelar proposta pela Companhia, em face da União – Fazenda Nacional para fins de obtenção da certidão de regularidade fiscal. Após citada em eventual execução fiscal.

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Apólice R\$ 28.777 - Trata-se de seguro garantia, emitida na modalidade judicial, no valor de R\$ 28.777 apresentada nos autos do cumprimento de sentença movida pela PBTECH em face do Banco do Brasil.

(d) Apólice R\$ 44.720 - A apólice de seguro garantia, emitida na modalidade judicial, no valor de R\$ 44.720 restou apresenta nos autos da execução fiscal movida pela União - Fazenda Nacional em que visa a cobrança judicial de créditos tributários levados à parcelamento pela MP470. O seguro garantia apresentado tem por objetivo o levantamento do depósito judicial.

38. Empresas ligadas e partes relacionadas

As operações entre as empresas do Grupo Portobello envolvem a Controladora e suas Controladas, bem como as pessoas ligadas aos controladores e administradores do Grupo. As operações, referem-se às transações comerciais de compra e venda de produtos acabados, produtos em elaboração e matérias primas, dividendos, processos tributários, locação de imóveis e contratação de serviços de operações logísticas, softwares, infraestrutura e marketplace. Abaixo, apresentamos os valores contábeis referente às operações abordadas acima:

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	Controladora	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Controladas			
Transações comerciais			
Contas a receber	Portobello Shop S.A.	5	1
Contas a receber	Portobello America, Inc.	150.220	111.796
Contas a receber	Cia Brasileira de Cerâmica	253	402
Contas a receber	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	11.287	6.714
Crédito com pessoas ligadas	Portobello Shop S.A.	-	-
Contas a pagar	Cia Brasileira de Cerâmica	(3.578)	(170)
Contas a pagar	Mineração Portobello Ltda.	(4.122)	(1.819)
Ativos líquidos dos passivos com controladas		154.065	116.924
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Dívida com pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	(56.330)	(56.330)
Dívida com partes relacionadas	Mineração Portobello Ltda.	(10.354)	-
Dívida com partes relacionadas	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	(16)	-
Contas a receber	Solução Cerâmica Com. Ltda.	-	5
Contas a receber	Riveste Comercio Ltda.	-	559
Contas a receber	Flooring Revest. Cer. Ltda.	24	193
Contas a pagar	Riveste Comercio Ltda.	(3)	-
Contas a pagar	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(1)	-
Contas a pagar	Flooring Revest. Cer. Ltda.	-	(6.058)
Contas a pagar	AB Parking	(10)	(9)
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		(66.690)	(61.640)

Natureza - Resultado	Empresa	Controladora	
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Receitas			
Controladas			
Venda de produtos	PBTech Com. Sern. Cer. Ltda.	138.530	105.543
Venda de produtos	Cia Brasileira de Cerâmica	1.583	1.519
Venda de produtos	Portobello America, Inc.	92.178	87.946
Pessoas ligadas e partes relacionadas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	35	29.512
Venda de produtos	Riveste Comercio Ltda.	18.094	-
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	13.694	18.114
Despesas			
Controladas			
Compra insumos	Mineração Portobello Ltda.	(13.069)	(10.828)
Serviço de cortes	Cia Brasileira de Cerâmica	(4.421)	-
Pessoas ligadas e partes relacionadas			

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A operação foi aprovada em reunião do Conselho da Administração em 16/03/2022 e o contrato foi assinado em 29/04/2022.

O valor da transação foi definido por empresa terceirizada independente, através do método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), analisando cada uma das lojas individualmente. A transação, no montante de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais) para ambas as lojas, valuation condizente com os importes de mercado, considerando-se o faturamento e demais condições econômicas da localidade. Pagamento: 1/3 do valor, equivalente a R\$ 20.000, quitado em Abril de 2022; 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 20.000 a ser pago em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com primeiro vencimento em Maio de 2022, e demais no mesmo dia dos meses subsequentes e 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 20.000, será quitado em parcela única, em Abril de 2023.

Na data base de 31 de dezembro de 2022 a PBtech possui o montante de R\$ 20.488 em aberto em débito com controladas e pessoas ligadas, composto do principal e juros. No período houve atualização de juros no resultado financeiro no montante de R\$ 2.522.

Aquisição das operações Portobello Shop Flooring

O Grupo Portobello, por meio de sua subsidiária integral PBtech em linha com o seu plano de crescimento do varejo, adquiriu as operações das lojas Portobello Shop Balneário Camboriú, Tijucas e São José. Em conjunto a essa aquisição por meio de sua subsidiária integral Companhia Brasileira de Cerâmica Ltda, adquiriu a fábrica de cortes especiais denominada Officina Portobello Tijucas com todas as máquinas e equipamentos, negociação entre partes relacionadas com a Empresa Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda.

A operação foi aprovada em reunião do conselho da Administração em 05/07/2022 e o contrato foi assinado em 29/07/2022.

O valor da transação foi definido por empresa terceirizada independente, através do método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD), analisando cada uma das lojas e oficina individualmente. A transação, no montante de R\$ 54.722 para ambas as lojas e oficina, valuation condizente com os importes de mercado, considerando-se o faturamento e demais condições econômicas da localidade. Pagamento: 1/3 do valor, equivalente a R\$ 18.241, quitado na assinatura do contrato; 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 18.240, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.520, com primeiro vencimento agosto de 2022, e demais no mesmo dia dos meses subsequentes e 1/3 (um terço) do valor, equivalente a R\$ 18.241, será quitado em parcela única, em agosto de 2023.

Na data base de 31 de dezembro de 2022 a PBtech possui o montante de R\$ 23.181 e a Companhia Brasileira de Cerâmica Ltda, possui o montante de R\$ 6.000 em aberto em débito com controladas e pessoas ligadas, composto do principal e juros. No período houve atualização de juros no resultado financeiro no montante de R\$ 1.482 na Empresa Potech e R\$ 359 na Empresa Companhia Brasileira de Cerâmica Ltda.

Remuneração de pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da Administração, que compreendem os membros da Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e gerência, registradas em 31 de dezembro de 2022, são:

PBG S.A. e empresas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Remuneração fixa				
Salários	13.910	16.817	15.154	18.548
Honorários	9.227	7.973	9.227	7.973
Remuneração variável	2.993	5.768	3.438	6.302
Plano de previdência	1.041	1.109	1.056	1.161
Benefícios por desligamento	966	482	966	527
Outros	4.538	2.415	4.687	2.624
	<u>32.675</u>	<u>34.564</u>	<u>34.528</u>	<u>37.135</u>

39. Eventos subsequentes

Decisão STF – sobre a eficácia da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal nos autos dos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, fixou a tese no sentido de que as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, da anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo. Assim, considerando o julgamento dos Recursos Extraordinários identificados acima, a Companhia esclarece e informa que, apesar de não haver risco econômico-financeiros, os efeitos impactos e se relacionam, exclusivamente, sobre a tese fixada no Tema nº 939 - "Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI no desembaraço aduaneiro de bem industrializado e na saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.

Dividendos

Em 27 de março de 2023, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 29.615.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PBG S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstrações do valor adicionado, notas explicativas, bem como o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes. Foram examinadas também as demonstrações consolidadas. Após os exames e os esclarecimentos da Administração, o Conselho Fiscal, levando também em conta o parecer dos auditores Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, emitido em Março de 2023 sem ressalvas, e de parecer que, em seus principais aspectos, as referidas demonstrações financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da PBG S.A. e o resultado de suas operações, estando em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas. Adicionalmente, foram analisadas as propostas da administração relativas à modificação do capital social e a distribuição de dividendos, as quais também estão em condições de serem submetidas a apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas reunidos em Assembleia Geral.

Tijucas, 27 de Março de 2023.

Jorge Muller

Maro Marcos Hadlich Filho

Carlos Eduardo Zoppello Brennand

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações anuais da Companhia findo em 31.12.2022; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES, relativamente às Informações Anuais da Companhia findo em 31.12.2022.

Composição da Diretoria

Mauro do Valle Pereira – Diretor Presidente

John Shojiro Suzuki – Vice-Presidente de finanças e de Relações com Investidores

Edson Luiz Mess Stringari – Vice-Presidente Jurídico e Compliance

Tijucas, 27 de Março de 2023.

Mauro do Valle Pereira

Claudio Avila da Silva

Edson Luiz Mess Stringari

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria da PBG S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2022”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PwC Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação do resultado do Exercício de 2022, opinam, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Florianópolis, 27 de Março de 2023.

Cláudio Ávila da Silva

Glauco José Corte

Gladimir Brzezinski